



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Carta-Contrato n. 2020/181.0
Ref.: Processo n. 639.125/20

Brasília, 30 de dezembro de 2020.

À

LW BRASÍLIA DESIGN E COMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ n. 14.926.551/0001-95

Comunicamos ter sido autorizada a contratação dessa sociedade empresária, daqui por diante denominada CONTRATADA, para desenvolvimento de solução de distribuição dos conteúdos dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados em aplicativo para aparelhos móveis e portáteis, como celulares e tablets, nas plataformas iOS e Android, incluindo streaming da TV e da Rádio Câmara, notícias em texto e notícias em áudio (podcasts), daqui por diante denominada CONTRATANTE, de acordo com as especificações constantes da proposta dessa empresa, anexada aos autos em 04/12/20, daqui por diante denominada PROPOSTA e do processo em epígrafe.

Em consequência, fica a avença formalizada pela presente Carta-Contrato, em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações posteriores, doravante denominada simplesmente LEI, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, daqui por diante denominado simplesmente REGULAMENTO, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. OBJETO: Desenvolvimento de solução de distribuição dos conteúdos dos veículos de comunicação da CONTRATANTE em aplicativo para aparelhos móveis e portáteis, como celulares e tablets, nas plataformas iOS e Android, incluindo streaming da TV e da Rádio Câmara, notícias em texto e notícias em áudio (podcasts), de acordo com as especificações, exigências e demais condições definidas na PROPOSTA e no presente instrumento.

1.1 Em caso de divergências entre as especificações desta Carta-Contrato e da proposta da CONTRATADA, prevalecerão as constantes deste instrumento contratual.

2. AMPARO LEGAL: Artigo 24, inciso II da LEI, correspondente ao artigo 20, inciso II, do REGULAMENTO.



3. DAS ESPECIFICAÇÕES E DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 A CONTRATADA deverá observar as seguintes especificações:

- 3.1.1** A solução poderá ser desenvolvida como aplicativo novo, no framework Ionic atualizado;
- 3.1.2** O streaming da TV será consumido do YouTube e o streaming da Rádio do portal da Câmara dos Deputados (arquivo m3u8);
- 3.1.3** As notícias em texto serão consumidas via API existente do portal da Câmara dos Deputados, cujo retorno do serviço consta do Anexo n. 3 a este instrumento;
- 3.1.4** As notícias em áudio, os vídeos on demand e os podcasts serão extraídos do portal da Câmara dos Deputados por meio da técnica web scraping;
- 3.1.5** O layout a ser seguido é o constante do Anexo n. 4 a este instrumento;
- 3.1.6** O(s) aplicativo(s) entregue(s) deverá(ão) preencher os pré-requisitos para publicação nas lojas oficiais da Apple (Apple Store) e do Google (Google Play);
- 3.2** O prazo para a entrega da solução será de 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura desta Carta-Contrato;
- 3.3** A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico por 11 meses após a entrega da solução, nas seguintes condições:
 - 3.3.1** Suporte técnico de 3 (três) meses para correção de erros e eventuais ajustes de melhoria de desempenho e/ou funcionalidade;
 - 3.3.1.1** Inclui nesse período de suporte técnico eventual necessidade de hospedagem de API em servidor da CONTRATADA, bem como ajustes de configuração que se façam necessários para migração da API para servidor definitivo, a ser indicado pela CONTRATANTE;
 - 3.3.2** Suporte técnico adicional de 8 (oito) meses exclusivamente para eventuais ajustes de configuração de servidor e/ou endereço web dos serviços constantes da solução, visando manter todas os recursos funcionando adequadamente;
 - 3.3.3** Erros que indisponibilizem uma ou mais funcionalidades deverão ser corrigidos em até 24 (vinte e quatro) horas úteis, contadas da notificação do Órgão Responsável;
 - 3.3.4** Demais erros e ajustes que se façam necessários e que não impactem o uso do aplicativo deverão ser corrigidos em até 72 (setenta e duas) horas úteis, contadas da notificação do Órgão Responsável;
- 3.4** O recebimento definitivo se dará após 20 (vinte) dias corridos da entrega da solução.



3.5 Hora útil é definida como qualquer intervalo de sessenta minutos compreendido no período das 9h às 18h em dias úteis, podendo começar num dia e terminar em outro (ex: das 17h30 de uma sexta-feira às 9h30 da segunda-feira seguinte, conta-se apenas uma hora útil).

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Constituem obrigações da CONTRATADA as previstas neste instrumento, além das instruções complementares do órgão responsável, quanto à execução e ao horário de realização dos serviços, permanência e circulação de seus empregados nos prédios administrativos da CONTRATANTE.

4.1 Todas as obrigações trabalhistas, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos na presente Carta-Contrato.

4.2 A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como correclamada.

4.3 A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da presente contratação.

4.3.1 A CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE, sempre que expire o prazo de validade, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

4.3.2 A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada no subitem anterior, implicará o descumprimento de cláusula contratual, podendo, inclusive, ensejar a rescisão desta Carta-Contrato, nos termos do disposto no artigo 78 da LEI.

4.4 A CONTRATADA ficará obrigada a reparar, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções, por exigência do órgão fiscalizador, que lhe assinará prazo compatível com as providências a realizar.



4.5 CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da assinatura desta Carta-Contrato, indicará à CONTRATANTE o número de telefone, fax ou endereço eletrônico (e-mail) e o nome de seu preposto ou empregado com competência para manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las ao órgão incumbido de fiscalizar a contratação.

5. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, execução insatisfatória dos serviços, omissões ou outras faltas, não justificadas ou se a CONTRATANTE julgar improcedentes as justificativas, serão impostas à CONTRATADA as multas e demais sanções previstas nesta Carta-Contrato, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 87 da LEI, correspondente ao artigo 135 do REGULAMENTO.

5.1 A aplicação de sanção administrativa não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de ressarcir integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.

5.2 Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

5.3 As sanções serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

5.4 Pelo descumprimento de outras obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da LEI, a saber:

- a) advertência, formalizada por escrito;
- b) multa, nos casos previstos neste instrumento;
- c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a CONTRATANTE;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.

5.5 Será considerada como atraso a prestação dos serviços fora das especificações e que não tenham sido corrigidos dentro do prazo acordado.

5.6 Na hipótese de abandono da contratação, a qualquer tempo, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de de 10% (dez por cento) sobre o valor total desta contratação, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

5.7 Não será aplicada multa de valor igual ou inferior a 10% (dez por cento) da quantia definida na Portaria n. 75, de 22 de março de 2012, do Ministério da Fazenda, ou norma que vier a substituí-la, para inscrição de débito na Dívida Ativa da União.

5.8 Não se aplica o disposto no item anterior, quando verificada, num período de 60 (sessenta) dias, a ocorrência de multas que somadas ultrapassem o valor fixado para inscrição em Dívida Ativa da União.

5.9 Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou recolhidos pela CONTRATADA à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de 5 (cinco) dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.

5.10 Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, ou execução insatisfatória, omissão e outras faltas, serão impostas à CONTRATADA multas por infração cometida, de acordo com a tabela abaixo listada, limitadas, em qualquer caso, a 10% (dez por cento) do valor desta carta-contrato:

5.10.1

INFRAÇÃO	PERCENTUAIS (sobre o valor total do Contrato)
1. Deixar de entregar, no prazo estipulado, a solução de comunicação (aplicativo) completa e pronta para distribuição nas lojas Apple Store e Google Play, livre de falhas.	10%
2. Deixar de realizar correções e atualizações diversas no aplicativo dentro do prazo estipulado, item 3.3.3 (por hora útil de atraso).	0,75%
3. Deixar de realizar correções e atualizações diversas no aplicativo dentro do prazo estipulado, item 3.3.4 (por hora útil de atraso).	0,5%
4. Deixar de hospedar API no servidor da CONTRATADA dentro do prazo de suporte técnico a que se refere o item 3.3.1, por ocorrência diária.	1,0%
5. Deixar de realizar as configurações necessárias à hospedagem da API no servidor indicado pela CONTRATANTE (por dia de atraso).	1,0%



6. VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais).

6.1. O valor da presente Carta-Contrato poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco por cento), em razão de acréscimos ou exclusões de componentes do objeto, sem modificação de preços e demais condições da proposta da CONTRATADA, em conformidade com o parágrafo 1º do art. 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 1º do art. 113 do REGULAMENTO.

6.2. As supressões além do limite referido no item anterior são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o inciso II do parágrafo 2º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 2º do artigo 113 do REGULAMENTO.

7. DO PAGAMENTO: O pagamento do objeto desta Carta-Contrato aceito definitivamente pela CONTRATANTE será feito em parcela única, por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada. A agência bancária e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

7.1 As duas vias da nota fiscal/fatura deverão vir acompanhadas do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), todos dentro dos prazos de validade neles expressos.

7.2 Os pagamentos serão efetuados com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado a partir do aceite definitivo do objeto contratual e da comprovação da regularidade da documentação fiscal e trabalhista apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

7.3. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), calculados diariamente em regime de juros simples, conforme a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

7.4. Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que trata o artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1991, com a redação dada pelas Leis n. 9.711, de 1998, e n. 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei n. 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

7.5. Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no item anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

7.6. As pessoas jurídicas enquadradas nos incisos III, IV e XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 2012, dispensadas da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administradas pela Receita Federal do Brasil, deverão apresentar, a cada pagamento, declaração em 2 (duas) vias, assinadas pelo ser representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.

8. NOTA DE EMPENHO: 2020NE003594

9. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- Programa de Trabalho:

01.131.0553.2549.5664 – Comunicação e Divulgação Institucional

- Natureza da Despesa:

4.0.00.00 – Despesas Correntes

4.4.00.00 – Outras Despesas Correntes

4.4.90.00 – Aplicações Diretas

4.4.90.40 – Desenvolvimento de software

10. VIGÊNCIA CONTRATUAL: De 30/12/20 a 29/12/21, ou seja, de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura desta carta-contrato.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

11. RESCISÃO: Esta Carta-Contrato poderá ser rescindida nos termos dos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

12. ÓRGÃO RESPONSÁVEL: Considera-se órgão responsável pela gestão dos serviços objeto do contrato a Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, que designará o fiscal responsável pelos atos de acompanhamento, controle e fiscalização da execução contratual.

13. FORO: Justiça Federal, Brasília-DF

Assim, encaminha-se a presente Carta-Contrato que, assinada pelas partes, formalizará o acordo celebrado, conferindo-lhe força contratual no período de vigência acima referido, com observância das condições contidas neste instrumento, no processo em referência e na PROPOSTA.

Brasília, 30 de dezembro de 2020.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

Luciane Rodrigues de P. Ferreira
Diretora do DEMAP

Glauco Rodovalho
Representante Legal



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Anexo n. 1 – Especificações

Item 1 - 40982 - DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO

DESCRIÇÃO: desenvolvimento de solução de distribuição dos conteúdos dos veículos de comunicação da Câmara em aplicativo para aparelhos móveis e portáteis, como celulares e tablets, nas plataformas iOS e Android, incluindo streaming da TV e da Rádio Câmara, notícias em texto e notícias em áudio (podcasts).

GARANTIA MÍNIMA: a contratada deverá prestar suporte nos termos da cláusula terceira deste instrumento para correção de erros e eventuais ajustes necessários ao perfeito funcionamento do aplicativo.

OBSERVAÇÃO(ÕES): 1) a solução deverá ser desenvolvida como aplicativo novo no framework Ionic Cordova atualizado. 2) O streaming da TV será consumido do YouTube e o streaming da Rádio do portal da Câmara dos Deputados (arquivo m3u8);

Código SIASG: 0022128

Unidade: SERVIÇO

Quantidade: 1



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Anexo n. 2 – Termo de Confidencialidade

TERMO DE COMPROMISSO
QUANTO À
CONFIDENCIALIDADE DAS
INFORMAÇÕES DECORRENTES
DA CARTA-CONTRATO N.
2020/181.0 , CELEBRADA ENTRE
A CÂMARA DOS DEPUTADOS E
A LW BRASÍLIA DESIGN E
COMUNICAÇÃO LTDA.

A **CÂMARA DOS DEPUTADOS**, situada nesta capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, neste ato representada por sua Diretora do DEMAP, a Senhora LUCIANE RODRIGUES DE PAIVA FERREIRA, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e LW BRASÍLIA DESIGN E COMUNICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 14.926.551/0001-95, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto deste Termo é prover a necessária e adequada proteção da **CONTRATANTE** quanto ao tratamento e divulgação de informações confidenciais, sigilosas ou de acesso restrito a que a **CONTRATADA** venha a ter acesso, por qualquer meio, em razão da Carta-Contrato n. 2020/181.0 celebrada entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

2.1. Muito embora não seja objeto da Carta-Contrato n. 2020/181.0 a transferência de informações, a **CONTRATADA** poderá, eventualmente, vir a tomar conhecimento de informações sigilosas ou de uso restrito da **CONTRATANTE** em função da execução da Carta-Contrato celebrada.

2.2. Em função da possibilidade de a **CONTRATADA** vir a conhecer tais informações, firma-se o presente Termo visando a resguardar a **CONTRATANTE** de eventual má-utilização ou repasse a terceiros não



CÂMARA DOS DEPUTADOS

autorizados, tanto pessoas físicas quanto jurídicas, sob pena de responder por suas responsabilidades nos termos da lei.

2.3. A CONTRATADA se obriga a manter o mais absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação a que venha a ter acesso, que deverá ser tratada como informação sigilosa.

2.4. Deverá ser considerada como informação confidencial, toda e qualquer informação escrita, verbal ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: cópias, relatórios, documentos, arquivos, configuração de equipamento, programas de computador, senhas, dispositivos de armazenamento e outras informações que de algum modo possam ser obtidas através da Câmara dos Deputados, doravante denominadas “INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS”, a que, direta ou indiretamente, a **CONTRATADA** venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das tratativas realizadas e da Carta-Contrato n. 2020/181.0 celebrada entre as partes.

2.5. Compromete-se, outrossim, a **CONTRATADA** a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso dessas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS de forma diversa ao estritamente necessário à execução da Carta-Contrato n. 2020/181.0.

2.6. A **CONTRATADA** deverá cuidar para que as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS fiquem restritas ao conhecimento de seus diretores, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões, negócios, manutenção dos equipamentos e operação dos programas de computador, devendo dar-lhes ciência da existência deste Termo e da natureza confidencial destas informações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

3.1. As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento não serão aplicadas a nenhuma informação que:

3.1.1. Seja comprovadamente de domínio público, exceto se isto ocorrer em decorrência de ato ou omissão da **CONTRATADA**;

3.1.2. Tenha sido comprovada e legitimamente recebida de terceiros, estranhos, de toda forma, ao presente Termo e à Carta-Contrato n. 2020/181.0;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3.1.3. Seja revelada em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Estado, somente até a extensão de tais ordens, desde que a **CONTRATADA** cumpra qualquer medida de proteção pertinente e tenha notificado a existência de tal ordem, previamente e por escrito, à **CONTRATANTE**, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabível.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

4.1. A **CONTRATADA** se compromete e se obriga a utilizar toda e qualquer informação confidencial exclusivamente para os propósitos deste Termo e da execução da Carta-Contrato n. 2020/181.0, mantendo sempre estrito sigilo acerca de tais informações.

4.2. A **CONTRATADA** se compromete a não efetuar qualquer cópia da INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL sem o consentimento prévio e expresso da **CONTRATANTE**.

4.3. O consentimento mencionado no item 4.2 supra, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno, para os fins acima referidos, pelos diretores, empregados e/ou prepostos que necessitem conhecer tal informação, para os objetivos da Carta-Contrato n. 2020/181.0, conforme cláusulas abaixo.

4.4. A **CONTRATADA** compromete-se a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste Termo e da natureza confidencial das informações.

4.5. A **CONTRATADA** obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação confidencial da **CONTRATANTE**, bem como para evitar e prevenir sua revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela **CONTRATANTE**.

4.6. A **CONTRATADA** deverá firmar acordos por escrito com seus empregados, funcionários e consultores, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente Termo.

4.7. A **CONTRATADA** compromete-se a separar as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS dos materiais confidenciais de terceiros para evitar que se misturem.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CLÁUSULA QUINTA – DO RETORNO DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

5.1. Todas as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS que a **CONTRATADA** venha a tomar conhecimento permanecem como propriedade exclusiva da **CONTRATANTE**, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor a partir da data de assinatura da Carta-Contrato n. 2020/181.0, ao qual este é vinculado e enquanto perdurar a natureza sigilosa ou restrita da informação, inclusive após a cessação da razão que ensejou o acesso à informação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. A violação de qualquer das obrigações mencionadas neste instrumento sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação das penalidades cabíveis, cíveis e criminais, nos termos da lei, obrigando-a ainda a indenizar a **CONTRATANTE** a todo e qualquer dano, perda ou prejuízo decorrente de tal violação.

7.2. A **CONTRATANTE** poderá ainda, propor qualquer medida, administrativa ou judicial, para impedir ou invalidar tais violações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O presente Termo constitui acordo entre as partes, relativamente ao tratamento de INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, aplicando-se a todos os acordos, promessas, propostas, declarações, entendimentos e negociações anteriores ou posteriores, escritas ou verbais, empreendidas pelas partes contratantes no que diz respeito à Carta-Contrato n. 2020/181.0, sejam estas ações feitas direta ou indiretamente pelas partes, em conjunto ou separadamente, e, será igualmente aplicado a todo e qualquer acordo ou entendimento futuro, que venha a ser firmado entre as partes.

8.2. Este documento constitui termo vinculado à Carta-Contrato n. 2020/181.0, sendo parte independente e regulatória daquele.

8.3. Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste Termo ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

existência de lacunas, as partes solucionarão tais divergências, de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade e da economicidade, e preencherão as lacunas com estipulações que, presumivelmente, teriam correspondido à vontade das partes na respectiva ocasião.

8.4. O disposto neste presente Termo prevalecerá, sempre, em caso de dúvida, e salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações confidenciais, tais como aqui definidas.

8.5. A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

Pela CONTRATANTE:

Luciane Rodrigues de Paiva Ferreira
Diretora do DEMAP

Pela CONTRATADA:

Glauco Rodovalho
Representante Legal



Anexo n. 3 – Retorno do Serviço

Aqui está um exemplo do retorno do endpoint <https://camaranews-api.camara.leg.br/wp-json/conteudo-portal/home/noticias> da API do Camaranews, com os dados da homepage da Agência Câmara.

```
{
  "id": 10,
  "name": null,
  "slug": null,
  "tipo_conteudo": "area_conteudo", "objeto_wp": {
    "label": "Áreas de Conteúdo", "capability": "post"
  },
  "link": "https://www.camara.leg.br/10-noticias/", "path_separado": "https://www.camara.leg.br/10-noticias/",
  "breadcrumbs": [],
  "menu": [], "titulo": "Notícias",
  "home_conteudo_html": "<div class=\"noticias-
  container\">\n\n      <section id=\"eh-noticias-destaque-topo-container\" class=\"secao-hot-call eh-
  destaque-topo-container\">[eh-noticias-destaque- topo-container]</section>\n\n      <section
  class=\"secao-banner- concurso\">\n      <div class=\"container\">\n      <div class=\"eh_noedt\"
  style=\"margin-bottom: 1.1rem;\">\n      <a href=\"https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-
  html5/procorona/index.html\" aria-label=\"Veja os projetos apresentados e aprovados sobre a pandemia de
  Covid-19\"><img src=\"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/04/projetos-aprovados- apresentados-
  covid-19.jpg\" style=\"width:100%;
  height:auto\"></a>\n      </div>\n</div>\n</section>\n\n      <section class=\"noticias-
  principais-container\">\n\n      <div class=\"container\">\n\n      <h2
  class=\"sr-only\">Notícias principais</h2>\n\n      <div class=\"l-grid l-grid--lg-6-
  3-
  3\">\n\n      <div class=\"l-grid item\">\n\n      <article id=\"eh-1\" class=\"g-chamada g-
  chamada--
  manchete\">\n\n      <a id=\"eh-midia-1\" class=\"midia-wrapper\">\n\n
  <img id=\"eh-imagem-1\" class=\"g- chamada imagem\"
  src=\"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/maia1- 768x514.jpg\" alt=\"O presidente da Câmara
  dos Deputados, Rodrigo Maia, concede entrevista\" data-eh-dw=\"1000\" data-eh-dh=\"605\"
  style=\"display: block;\" title=\"\">\n      </a>\n\n      <div id=\"eh-responsive-1\" class=\"embed-responsive\" style=\"padding-bottom: 60.5%; display:
  none;\">\n      <iframe id=\"eh-youtube-1\" src=\"\" allowfullscreen=\"\"
  style=\"display: none; width: 100%;\"></iframe>\n\n      <video id=\"eh-video-1\" class=\"\" controls=\"\" poster=\"\" preload=\"metadata\" style=\"width:
  100%; height: 100%; display: none;\" src=\"\">\n      <source
  type=\"video/mp4; codecs=\"avc1.4D401E,
  mp4a.40.2\"\">\n</video>\n      </div> \n\n      <span id=\"eh-tema-1\" class=\"g-
  chamada retranca\">Saúde</span>\n\n      <h3 class=\"g- chamada titulo\">\n      <a id=\"eh-
  link-1\" class=\"g-
  chamada titulo-link\" href=\"https://www.camara.leg.br/noticias/716436-maia- destaca-lideranca-da-camara-
  no-enfrentamento-a-pandemia-de-covid-19/\"><span id=\"eh-titulo-1\">Maia destaca liderança da Câmara
  no enfrentamento à pandemia de Covid-
  19</span></a>\n</h3>\n\n      </article>\n\n      <div class=\"l-grid l-grid--lg-6-6\">\n\n      <div class=\"l- grid item\">\n\n      <article
  id=\"eh-2\" class=\"g-
  chamada\">\n      <span id=\"eh-tema-2\" class=\"g-
```




CÂMARA DOS DEPUTADOS

link\" href=\"https://www.camara.leg.br/noticias/715619-camara-aprova-regras-para-compensacao-da-lei-kandir-aos-estados/\">Câmara aprova regras para compensação da Lei Kandir aos estados \n

</h3>\n </div>

\n </div>\n</article>\n \n </div>\n

\n </div>\n\n <div class=\"l-grid item\">\n \n <!-- ultimas notícias container -->\n <div id=\"eh-ultimas-noticias-container\" class=\"ultimas- noticias eh-bloco-dinamico\">[eh-ultimas-noticias-container]</div> <!-- fim ultimas notícias container-->\n \n \n \n \n </div>\n\n </div>\n\n </div>\n

</section>\n \n \n <section class=\"secao-bloco-noticias- texto\">\n \n \n <div class=\"container\">\n \n <h2 class=\"titulo-secao titulo-secao--sem-borda\">Câmara aprova </h2>\n \n <div class=\"l-grid l-grid--lg-3-3-3-3\">\n \n \n <div class=\"l-grid item\">\n \n <article id=\"eh-6\" class=\"g- chamada\">\n \n \n Economia\n \n <h3 class=\"g-chamada titulo\">\n Marco legal das startups \n

</h3>\n </article>\n \n </div>\n\n <div class=\"l-grid item\">\n \n <article id=\"eh-7\" class=\"g- chamada\">\n \n \n Educação\n <h3 class=\"g- chamada titulo\">\n Projeto que regulamenta o Fundeb \n

</h3>\n </article>\n \n </div>\n\n <div class=\"l-grid item\">\n \n <article id=\"eh-8\" class=\"g- chamada\">\n \n \n Política\n \n <h3 class=\"g- chamada titulo\">\n Nove projetos prioritários da bancada feminina \n

</h3>\n </article>\n \n </div>\n\n <div class=\"l-grid item\">\n \n <article id=\"eh-9\" class=\"g- chamada\">\n \n \n Direito e Justiça\n \n <h3 class=\"g- chamada titulo\">\n Urgência para projetos sobre direito do consumidor e pena para quem matar policial \n

</h3>\n </article>\n \n </div>\n\n </div>\n</div>\n</div>\n\n </section>\n \n <section class=\"secao-bloco-noticias-imagem-1\">\n \n <div class=\"container\">\n \n <h2 class=\"titulo-secao titulo-secao--sem- borda\">debates</h2>\n \n <div class=\"l-grid l-grid--lg-3-3-3- 3\">\n \n <div class=\"l-



CÂMARA DOS DEPUTADOS

[illegible]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Manaus">\n \n \n <div id="eh-responsive-12" class="embed-responsive" style="padding-bottom: 60.5%; display: none;"> \n <iframe id="eh-youtube-12" src="" allowfullscreen="" style="display: none; width: 100%;" frameborder="0"></iframe>\n <video id="eh-video-12" class="" controls="" poster="" data-mejsoptions="{\"stretching\": \"responsive\"}" src="" style="display: none;">\n <source src="" type="video/mp4; codecs= \"avc1.4D401E, mp4a.40.2\">\n </video>\n </div> \n </div>\n <div class="g-l-chamada-lateral- xs texto">\n Saúde\n \n <h3 class="g-chamada titulo">\n Oposição apoia cobrança do STF por plano federal de vacina\n </h3>\n </div>\n </div>\n </article>\n \n </div>\n \n <div class="l-grid item">\n \n <article id="eh-13" class="g-chamada">\n <div class="g-l-chamada-lateral- xs">\n <div class="g-l-chamada-lateral- xs imagem">\n \n \n \n \n <div id="eh-responsive-13" class="embed-responsive" style="padding-bottom: 60.5%;> \n <iframe id="eh-youtube-13" src="https://www.youtube.com/embed/Kg5yVTQIAI?rel=0&modestbranding=1&autoplay=0&controls=0&showinfo=0" allowfullscreen="" style="display: block; width: 100%;" frameborder="0"></iframe>\n <video id="eh-video-13" class="" controls="" poster="" data-mejsoptions="{\"stretching\": \"responsive\"}" src="" style="display: none;">\n <source src="" type="video/mp4; codecs= \"avc1.4D401E, mp4a.40.2\">\n </video>\n </div> \n </div>\n <div class="g-l-chamada-lateral- xs texto">\n Economia\n \n <h3 class="g-chamada titulo">\n Ministro da Economia diz que vacinação em massa contra a Covid-19 deve custar R\$ 20 bi \n </h3>\n </div>\n </div>\n </article>\n \n </div>\n </div>\n </div>\n </div>\n </div>\n </div>\n <div class="container">\n \n <h2 class="titulo-secao titulo-secao--sem-borda">projetos</h2>\n \n <div class="l-grid l-grid--lg-3-3-3">\n \n \n \n \n <div class="l-grid item">\n \n <article id="eh-14" class="g-chamada">\n <div class="g-l-chamada-lateral- xs">\n <div class="g-l-chamada-lateral- xs imagem">\n \n \n \n \n <div id="eh-responsive-14" class="embed-responsive" style="padding-bottom: 60.5%; display: none;"> \n <iframe id="eh-youtube-14" src="" allowfullscreen="" style="display: none; width: 100%;" frameborder="0"></iframe>\n <video id="eh-video-14" class="" controls="" poster="" data-mejsoptions="{\"stretching\": \"responsive\"}" src="" style="display: none;">\n <source src="" type="video/mp4; codecs= \"avc1.4D401E,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

[Mãos seguram carteira de trabalho](#)

[Trabalho](#)

Projeto permite reconstrução de trabalhador demitido durante calamidade pública

O deputado Damião Feliciano fala ao microfone

Luis Macedo / Câmara dos Deputados

[Comunicação](#)

Deputado pede apoio a projeto sobre gratuidade de acesso a sites públicos

[Relações Exteriores](#)

Poder Executivo destina crédito de R\$ 2,84 bilhões para organismos internacionais

Recursos virão do remanejamento de “sobras” de verbas destinadas a subvenções à agricultura e às exportações e ao Bolsa Família

[Poder Executivo destina crédito de R\\$ 2,84 bilhões para organismos internacionais](#)

Recursos virão do remanejamento de “sobras” de verbas destinadas a subvenções à agricultura e às exportações e ao Bolsa Família



CÂMARA DOS DEPUTADOS

"legenda": "",

"alt": "O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, concede entrevista",

"imagem": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/maia1-768x514.jpg",

"thumbnail": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/maia1-150x150.jpg",

"video": null, "poster": null, "audio": null,

"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/716436-maia-destaca-lideranca-da-camara-no-enfrentamento-a-pandemia-de-covid-19/",

"post_type": "Notícias", "midia": "TEXTO",

"estado": "associar_imagem", "prioridade":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/maia1-768x514.jpg"

},

{

R\$ 1.088",

"id_wp": 716507,

"item_conteudo": "eh-item-conteudo_2", "objeto_wp": null,

"tema": "Administração Pública",

"titulo": "Congresso aprova LDO para 2021 com salário mínimo de

"resumo": "Michel Jesus/Câmara dos Deputados A LDO orienta a

elaboração e a posterior execução do Orçamento; proposta orçamentária não deve ser votada neste ano O Congresso Nacional aprovou nesta quarta-feira

(16) a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2021 e um projeto de lei com crédito adicional. A sessão foi em duas etapas, mais ... ",

Nacional",

"credito": "Michel Jesus/Câmara dos Deputados", "legenda": "Plenário – Sessão Deliberativa do Congresso

"alt": "Destinada à deliberação do Projeto de Lei do Congresso

Nacional nº 9 (LDO/2021). Primeira Secretária da Câmara dos Deputados, Soraya Santos (PL - RJ)",

"imagem": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201216115702140-768x512.jpg",

"thumbnail": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201216115702140-150x150.jpg",

"video": null, "poster": null, "audio": null,

"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/716507-congresso-aprova-ldo-para-2021-com-salario-minimo-de-r-1-088/",

"post_type": "Notícias", "midia": "TEXTO",

"estado": "associar_conteudo", "prioridade":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201216115702140-768x512.jpg"

},

{

"id_wp": 716474,

"item_conteudo": "eh-item-conteudo_3", "objeto_wp": null,

"tema": "Saúde",



CÂMARA DOS DEPUTADOS

```
"titulo": "Maia: incompetência do ministro da Saúde pode comprometer vacinação",
"resumo": "Câmara dos Deputados Rodrigo Maia recebe os jornalistas na residência oficial O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que “a falta de organização e a incompetência” da gestão do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, pode comprometer uma solução para a vacina e aumentar o número de mortos e infectados no País, além ... ",
"credito": "",
"legenda": "",
"alt": "",
"imagem": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/maia2- 768x511.jpg",
"thumbnail": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/maia2-150x150.jpg",
"video": null, "poster": null, "audio": null,
"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/716474-maia- incompetencia-do-ministro-da-saude-pode-comprometer-vacinacao/",
"post_type": "Notícias", "midia": "TEXTO",
"estado": "associar_conteudo", "prioridade":
"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/maia2-768x511.jpg"
},
{
  "id_wp": 716618,
  "item_conteudo": "eh-item-conteudo_4", "objeto_wp": null,
  "tema": "Esportes",
  "titulo": "Câmara analisa projeto sobre suspensão do pagamento de dívidas de clubes de futebol; acompanhe",
  "resumo": "O relator do Projeto de Lei 1013/20, deputado Marcelo Aro (PP-MG), recomendou há pouco, no Plenário da Câmara, a rejeição das três emendas do Senado à proposta, que suspende o pagamento do parcelamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut) durante a pandemia de ... ",
  "credito": "Michel Jesus/Câmara dos Deputados", "legenda": "Plenário - Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)",
  "alt": "Votação de propostas legislativas. Dep. Mauro Benevides Filho\r\n(PDT - CE)",
  "imagem": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201215175033581- 768x512.jpg",
  "thumbnail": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201215175033581- 150x150.jpg",
  "video": "https://www.youtube.com/embed/MyS7qXMTN18", "poster": null,
  "audio": null,
  "link": "https://www.camara.leg.br/noticias/716618-camara- analisa-projeto-sobre-suspensao-do-pagamento-de-dividas-de-clubes-de-futebol- acompanhe/",
  "post_type": "Notícias", "midia": "TEXTO",
  "estado": "associar_conteudo",
  "prioridade": "https://www.youtube.com/embed/MyS7qXMTN18"
},
{
  "id_wp": 715619,
  "item_conteudo": "eh-item-conteudo_5", "objeto_wp": null,
  "tema": "Administração Pública",
  "titulo": "Câmara aprova regras para compensação da Lei Kandir aos estados",
  "resumo": "A Câmara dos Deputados aprovou nesta segunda-feira (14) o Projeto de Lei Complementar 133/20, do Senado, que formaliza o acordo entre a União e os estados para encerrar disputas judiciais pela isenção do ICMS nas exportações, prevendo repasses de R$ 58 bilhões pelo governo federal entre 2020 e 2037. Aprovada por 408 votos a 9, ... ",
  "credito": "Michel Jesus/Câmara dos Deputados", "legenda": "Plenário - Sessão Deliberativa Extraordinária
```



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(virtual)",

"alt": "Plenário da Câmara dos Deputados durante sessão virtual", "imagem":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/plenario-sessao-deliberativa-extraordinaria-virtual-34-765x453.jpg",

"thumbnail": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201210174627931- 150x150.jpg",

"video": null, "poster": null, "audio": {

"nome": "20201211 JC PLENARIO",

"descricao": "\"20201211 JC PLENARIO\". Gênero: Other.", "legenda": "",

"texto_alternativo": "", "credito": "",

"url": "https://www.camara.leg.br/midias/audio/2020/12/20201211-jc-plenario.mp3"

},

"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/715619-camara-aprova- regras-para-compensacao-da-lei-kandir-aos-estados/",

"post_type": "Notícias", "midia": "VIDEO",

"estado": "associar_imagem", "prioridade":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201214175447921- 768x512.jpg"

},

{

"id_wp": 715720,

"item_conteudo": "eh-item-conteudo_6", "objeto_wp": null,

"tema": "Economia",

"titulo": "Marco legal das startups ",

"resumo": "Depositphotos Proposta prevê incentivo tributário e proteção aos investimentos direcionados a startups A Câmara dos Deputados aprovou nesta segunda-feira (14) o marco legal das startups (Projeto de Lei Complementar 146/19), que pretende incentivar as empresas de inovação no País. A proposta, aprovada por 361 votos a 66, será enviada ao Senado. O projeto foi aprovado ... ",

"credito": "Depositphotos", "legenda": "img20201022153056410.jpg",

"alt": "Economia - startup - startups - inovação - empreendedorismo",

"imagem": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201022153056410- 768x527.jpg",

"thumbnail": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201022153056410- 150x150.jpg",

"video": null, "poster": null, "audio": {

"nome": "20201211 JC PLENARIO",

"descricao": "\"20201211 JC PLENARIO\". Gênero: Other.", "legenda": "",

"texto_alternativo": "", "credito": "",

"url": "https://www.camara.leg.br/midias/audio/2020/12/20201211-jc-plenario.mp3"

},

"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/715720-camara-dos- deputados-aprova-marco-legal-das-startups/",

"post_type": "Notícias", "midia": "AUDIO",

"estado": "associar_conteudo", "prioridade":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201022153056410- 768x527.jpg"

},

{

"id_wp": 715019,

"item_conteudo": "eh-item-conteudo_7", "objeto_wp": null,

"tema": "Educação",

"titulo": "Projeto que regulamenta o Fundeb ",

"resumo": "A Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (10) o projeto de lei (PL 4372/20) que regulamenta o repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) a partir do próximo ano. A proposta será enviada ao Senado. O projeto foi apresentado pela deputada Professora ... ",

"credito": "Luis Macedo/Câmara dos Deputados",



CÂMARA DOS DEPUTADOS

"legenda": "Plenário - Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)",

"alt": "Votação de propostas legislativas. Primeira Secretária da Câmara dos Deputados, Soraya Santos (PL - RJ)", "imagem":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201210230524700- 768x512.jpg",

"thumbnail": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201210230524700- 150x150.jpg",

"video": "https://www.youtube.com/embed/D-gxamZPuVo", "poster": null,

"audio": {

"nome": "20201210 PB PLENARIO FUNDEB",

"descricao": "\\20201210 PB PLENARIO FUNDEB\\". Gênero:

Other.",

"legenda": "", "texto_alternativo": "", "credito": "",

"url": "https://www.camara.leg.br/midias/audio/2020/12/20201210-pb-plenario- fundeb.mp3"

},

"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/715019-camara-aprova- projeto-que-regulamenta-o-fundeb/",

"post_type": "Notícias", "midia": "AUDIO",

"estado": "associar_conteudo",

"prioridade": "https://www.youtube.com/embed/D-gxamZPuVo"

},

{

"id_wp": 714841,

"item_conteudo": "eh-item-conteudo_8", "objeto_wp": null,

"tema": "Política",

"titulo": "Nove projetos prioritários da bancada feminina ", "resumo": "O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta

quinta-feira (10), nove propostas escolhidas pela bancada feminina para marcar os 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher. Entre outras matérias, foram aprovadas a criminalização das violências política e institucional contra mulheres; a determinação de políticas integradas de combate à violência; e homenagens ... ",

"credito": "Michel Jesus/Câmara dos Deputados", "legenda": "Plenário - Sessão Deliberativa Extraordinária

(virtual)",

"alt": "Votação de propostas legislativas. Primeira Secretária da

Câmara dos Deputados, Soraya Santos (PL - RJ)", "imagem":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201210122309153- 768x512.jpg",

"thumbnail": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201210122309153- 150x150.jpg",

"video": null, "poster": null, "audio": {

"nome": "20201210 PB PLENARIO PAUTA FEMININA", "descricao": "\\20201210 PB PLENARIO PAUTA FEMININA\\".

Gênero: Other.",

"legenda": "", "texto_alternativo": "", "credito": "",

"url":

"https://www.camara.leg.br/midias/audio/2020/12/20201210-pb-plenario-pauta- feminina.mp3"

},

"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/714841-bancada- feminina-comemora-aprovacao-de-nove- projetos-prioritarios-nesta-quinta- feira/",

"post_type": "Notícias", "midia": "AUDIO",

"estado": "associar_conteudo", "prioridade":



CÂMARA DOS DEPUTADOS

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201210122309153- 768x512.jpg"

},

{

"id_wp": 716024,

"item_conteudo": "eh-item-conteudo_9", "objeto_wp": null,

"tema": "Direito e Justiça",

"titulo": "Urgência para projetos sobre direito do consumidor e pena para quem matar policial ",

"resumo": "A Câmara dos Deputados aprovou o regime de urgência para dois projetos de lei. Um deles (PL 5675/13), do deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), diminui penas do Código de Defesa do Consumidor referentes a relações de consumo. O outro texto com urgência aprovada é o PL 5391/20, do deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), que determina ao condenado ... ",

(virtual)",

"credito": "Najara Araujo/Câmara dos Deputados", "legenda": "Plenário - Sessão Deliberativa Extraordinária

"alt": "Votação de propostas legislativas. Dep. Lucas Redecker

(PSDB - RS)",

"imagem": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201214175447921- 768x512.jpg",

"thumbnail": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201214175447921- 150x150.jpg",

"video": "https://www.youtube.com/embed/BfY8HEUSxrY", "poster": null,

"audio": null,

"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/716024-deputados- aprovam-urgencia-para-projetos-sobre-direito-do-consumidor-e-pena-para-quem- matar-policial/",

"post_type": "Notícias", "midia": "VIDEO",

"estado": "associar_conteudo",

"prioridade": "https://www.youtube.com/embed/BfY8HEUSxrY"

},

{

"id_wp": 716171,

"item_conteudo": "eh-item-conteudo_10", "objeto_wp": null,

"tema": "Direitos Humanos",

"titulo": "Debatedores criticam internação de adolescentes em comunidades terapêuticas",

"resumo": "Participantes de reunião virtual promovida pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial criticaram, nesta terça-feira (15), a internação de adolescentes, principalmente negros e pobres, em comunidades terapêuticas para tratamento de dependência química. O argumento deles é que essas entidades aprisionam, em vez de curar. Michel Jesus/ Câmara dos Deputados (arquivo) ... ",

"credito": "Jorge Araújo/Fotos Publicas", "legenda": "img20201207120303155.jpg", "alt": "Pessoas dormem na cracolândia", "imagem":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201207120303155-jpg- 444x263.jpg",

"thumbnail": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201207120303155- 150x150.jpg",

"video": null, "poster": null, "audio": {

"nome": "20201215 NN REFORMA PSIQUIATRICA",

Other.",

"descricao": "\\20201215 NN REFORMA PSIQUIATRICA\\". Gênero:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

"legenda": "", "texto_alternativo": "", "credito": "",
"url":

"https://www.camara.leg.br/midias/audio/2020/12/20201215-nn-reforma- psiquiatrica.mp3"

},

"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/716171-debatedores- criticam-internacao-de-adolescentes-em-comunidades-terapeuticas/",

"post_type": "Notícias", "midia": "AUDIO",

"estado": "associar_imagem", "prioridade":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20190515164216268- 768x512.jpg"

},

{

"id_wp": 715633,

"item_conteudo": "eh-item-conteudo_11", "objeto_wp": null,

"tema": "Cultura",

"titulo": "Produtores audiovisuais querem regulamentação de serviço de streaming ",

"resumo": "Produtores audiovisuais defenderam a regulamentação do serviço oferecido pelas plataformas de streaming para proteger a indústria nacional. Em reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Cinema e do Audiovisual nesta segunda-feira (14), eles também pediram mudanças no funcionamento da Agência Nacional de Cinema (Ancine). Decisões recentes do Ministério das Comunicações e da Agência Nacional ... ",

"credito": "Gustavo Sales/Câmara dos Deputados", "legenda": "Fotos Institucionais",

"alt": "Reunião Técnica. Fórum Audiovisual de Minas Gerais, Beto Rodrigues",

"imagem": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/fotos-institucionais-1372-762x450.jpg",

"thumbnail": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img2017091511502426027- 150x150.jpg",

"video": "https://www.youtube.com/embed/LMIc-OOyuk0", "poster": null,

"audio": {

"nome": "20201214 CF FPM DEFESA CINEMA AUDIOVISUAL", "descricao": "\"20201214 CF FPM DEFESA CINEMA AUDIOVISUAL\"".

Gênero: Other.",

"legenda": "", "texto_alternativo": "", "credito": "",
"url":

"https://www.camara.leg.br/midias/audio/2020/12/20201214-cf-fpm-defesa- cinema-audiovisual.mp3"

},

"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/715633-produtores- audiovisuais-querem-regulamentacao-de-servico-de-streaming-para-proteger- industria-nacional/",

"post_type": "Notícias", "midia": "VIDEO",

"estado": "associar_conteudo",

},

{

vacina",

"prioridade": "https://www.youtube.com/embed/LMIc-OOyuk0"



CÂMARA DOS DEPUTADOS

"id_wp": 715623,
"item_conteudo": "eh-item-conteudo_12", "objeto_wp": null,
"tema": "Saúde",
"titulo": "Oposição apoia cobrança do STF por plano federal de

"resumo": "Michel Jesus/Câmara dos Deputados Alice Portugal: o

Brasil tem mais de 200 milhões de habitantes que precisam ser vacinados para interromper a pandemia, mas o governo não tem um plano nacional Parlamentares de oposição defenderam a pressão feita pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ao Ministério da Saúde para a elaboração de um plano de vacinação ... ",

"credito": "Ingrid Anne/Semcom-Manaus", "legenda": "img20201110104819445.jpg",

"alt": "Saúde - Geral - vacina - vacinação - injeção - Dia D de Vacinação contra influenza",

"imagem": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201110104819445-jpg- 752x446.jpg",

"thumbnail": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201110104819445- 150x150.jpg",

"video": null, "poster": null, "audio": null,

"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/715623-oposicao- apoia-cobranca-do-stf-por-plano-federal-de- vacina/",

"post_type": "Notícias", "midia": "TEXTO",

"estado": "associar_imagem", "prioridade":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201210174700148- 768x512.jpg"

},

{

"id_wp": 715382,

"item_conteudo": "eh-item-conteudo_13", "objeto_wp": null,

"tema": "Economia",

"titulo": "Ministro da Economia diz que vacinação em massa contra a Covid-19 deve custar R\$ 20 bi",

"resumo": "Em reunião virtual com os parlamentares da comissão mista do Congresso que acompanha as ações de combate à pandemia, nesta sexta- feira (11), o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que a vacinação em massa da população deve custar algo em torno de R\$ 20 bilhões — o que, segundo ele, é pouco perto dos R\$... ",

"credito": "Reprodução / TV Senado", "legenda": "img20201022150855499.jpg", "alt": "",

"imagem": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/11/img20201022150855499-jpg-3- 754x447.jpg",

"thumbnail": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/11/img20201022150855499-1- 150x150.jpg",

"video": "https://www.youtube.com/embed/-Kg5yVTQIAI", "poster": null,

"audio": {

"nome": "20201211 SM CM COVID GUEDES MAIA",

"descricao": "\"20201211 SM CM COVID GUEDES MAIA\". Lançado: 2020. Gênero: Other.",

"legenda": "", "texto_alternativo": "", "credito": "",

"url": "https://www.camara.leg.br/midias/audio/2020/12/20201211-sm-cm-covid-guedes- maia.mp3"

},

"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/715382-ministro-da- economia-diz-que-vacinacao-em-massa- contra-a-covid-19-deve-custar-r-20-bi/",

"post_type": "Notícias", "midia": "VIDEO",

"estado": "associar_conteudo",

"prioridade": "https://www.youtube.com/embed/-Kg5yVTQIAI"

},

{

"id_wp": 716327,

"item_conteudo": "eh-item-conteudo_14", "objeto_wp": null,

"tema": "Segurança",

"titulo": "Projeto prevê pena em presídio federal para condenados por assassinato de policiais",



CÂMARA DOS DEPUTADOS

"resumo": "O Projeto de Lei 5391/20 determina que o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio de autoridades e agentes das Forças Armadas e das Polícias cumpra pena em regime disciplinar diferenciado em estabelecimento prisional federal de segurança máxima. Pelo texto em análise na Câmara dos Deputados, a medida valerá também para o assassinato ou tentativa ... ",

"credito": "Paulo H. Carvalho/Agência Brasília", "legenda": "img20191220105305653.jpg",

"alt": "área de convivência atrás de grades", "imagem":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20191220105305653-jpg-2- 755x446.jpg",

"thumbnail": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20191220105305653- 150x150.jpg",

"video": null, "poster": null, "audio": null,

"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/716327-projeto-preve- pena-em-presidio-federal-para-condenados-por-assassinato-de-policiais/",

"post_type": "Notícias", "midia": "TEXTO",

"estado": "associar_imagem", "prioridade":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/10/img20200701151045184- 768x512.jpg"

},

{

"id_wp": 713397,

"item_conteudo": "eh-item-conteudo_15", "objeto_wp": null,

"tema": "Direitos Humanos",

"titulo": "Projeto cria Código Máscara Vermelha para ajudar mulheres vítimas de violência",

"resumo": "O Projeto de Lei 2920/20 cria o programa Código Máscara Vermelha, com o objetivo de ser mais um canal para receber denúncias de mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar. O texto tramita na Câmara dos Deputados. Maryanna Oliveira/Câmara dos Deputados Capitão Alberto Neto lembra que a violência contra as mulheres aumentou durante a pandemia ... ",

"credito": "Depositphotos", "legenda": "img20201126095321938.jpg",

"alt": "Homem com punho fechado e mulher tentando se proteger ", "imagem":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201126095321938-jpg-2- 767x454.jpg",

"thumbnail": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201126095321938- 150x150.jpg",

"video": null, "poster": null, "audio": null,

"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/713397-projeto-cria- codigo-mascara-vermelha-para-ajudar-mulheres-vitimas-de-violencia/",

"post_type": "Notícias", "midia": "TEXTO",

"estado": "associar_imagem", "prioridade":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/10/img20200805182111955- 768x512.jpg"

},

{

escolares",

"id_wp": 715994,

"item_conteudo": "eh-item-conteudo_16", "objeto_wp": null,

"tema": "Educação",

"titulo": "Projeto amplia prazo para universalizar bibliotecas

"resumo": "O Projeto de Lei 4003/20 amplia o prazo para a

universalização das bibliotecas escolares no Brasil e permite que os espaços sejam virtuais. Em análise na Câmara dos Deputados, a proposta altera a Lei 12.244/10, segundo a qual todos os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas ... ",



CÂMARA DOS DEPUTADOS

```
"credito": "Mateus Pereira/GOVBA", "legenda": "img20201216135021747.jpg",
"alt": "Estudantes manipulam livros em biblioteca", "imagem":
"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201216135021747-jpg- 754x446.jpg",
"thumbnail": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201216135021747- 150x150.jpg",
"video": null, "poster": null, "audio": null,
"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/715994-projeto- amplia-prazo-para-universalizar-bibliotecas-
escolares/",
"post_type": "Notícias", "midia": "TEXTO",
"estado": "associar_imagem",

"prioridade": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20191112162128636- 768x512.jpg"
},
{
  "id_wp": 715539,
  "item_conteudo": "eh-item-conteudo_17", "objeto_wp": null,
  "tema": "Trabalho",
  "titulo": "Projeto permite recontração de trabalhador demitido durante calamidade pública",
  "resumo": "O Projeto de Lei 3507/20 permite a recontração de empregados demitidos durante a
vigência do estado de calamidade pública decorrente do novo coronavírus. De acordo com o Decreto
Legislativo 6/20, o estado de calamidade pública vai de 6 de fevereiro a 31 de dezembro. Pela proposta, a
recontração será permitida até seis meses após o ... ",
  "credito": "Depositphotos", "legenda": "img20201208125016499.jpg",
  "alt": "Mãos seguram carteira de trabalho", "imagem":
"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201208125016499-jpg- 759x449.jpg",
  "thumbnail": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201208125016499- 150x150.jpg",
  "video": null, "poster": null, "audio": null,
  "link": "https://www.camara.leg.br/noticias/715539-projeto- permite-recontracao-de-trabalhador-demitido-
durante-calamidade-publica/",
  "post_type": "Notícias", "midia": "TEXTO",
  "estado": "associar_imagem", "prioridade":
"https://www.camara.leg.br/midias/image/2019/09/img20190515110146726- 768x512.jpg"
},
{
  "id_wp": 715914,
  "item_conteudo": "eh-item-conteudo_18", "objeto_wp": null,
  "tema": "Comunicação",
  "titulo": "Deputado pede apoio a projeto sobre gratuidade de acesso a sites públicos",
  "resumo": "Luis Macedo / Câmara dos Deputados Deputado Damião Feliciano, presidente do Conselho de
Comunicação da Câmara O Conselho de Comunicação da Câmara dos Deputados realizou reunião virtual
nesta terça- feira (15) com a participação da secretária de Comunicação da Casa, deputada Joice Hasselmann
(PSL-SP). O presidente do conselho, deputado Damião Feliciano (PDT-PB), ao abrir a reunião, ... ",
  "credito": "Luis Macedo / Câmara dos Deputados", "legenda": "Fotos Institucionais",
  "alt": "O deputado Damião Feliciano fala ao microfone", "imagem":
"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/11/fotos-
institucionais-1337-721x427.jpg",
  "thumbnail": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/11/img201606101657546107462- 150x150.jpg",
  "video": "https://www.youtube.com/embed/oS5wSjpFeu8",

  "poster": "", "audio": null,
  "link": "https://www.camara.leg.br/noticias/715914-deputado-pede- apoio-a-projeto-sobre-gratuidade-de-
acesso-a-sites-publicos/",
  "post_type": "Notícias", "midia": "TEXTO",
  "estado": "associar_imagem", "prioridade":
"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/11/img201606101657546107462- 768x503.jpg"
},
{
```



CÂMARA DOS DEPUTADOS

```
"id_wp": 715928,
"item_conteudo": "eh-item-conteudo_19", "objeto_wp": null,
"tema": "Relações Exteriores",
"titulo": "Poder Executivo destina crédito de R$ 2,84 bilhões para organismos internacionais",
"resumo": "Recursos virão do remanejamento de “sobras” de verbas destinadas a subvenções à agricultura e às exportações e ao Bolsa Família", "credito": "Divulgação/ONU",
"legenda": "img20200214160605480.jpg",
"alt": "Logo da Organização das Nações Unidas (ONU)", "imagem": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20200214160605480-jpg-3- 607x382.jpg",
"thumbnail": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20200214160605480- 150x150.jpg",
"video": null, "poster": null, "audio": null,
"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/715928-poder- executivo-destina-credito-de-r-284-bilhoes-para- organismos-internacionais/",
"post_type": "Notícias", "midia": "TEXTO",
"estado": "associar_imagem", "prioridade": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20200214160605480- 768x384.jpg"
},
{
  "id_wp": 716366,
  "item_conteudo": "eh-item-conteudo_20", "objeto_wp": null,
  "tema": "Cultura",
  "titulo": "Congresso recebe projeções de imagens sobre os 60 anos de Brasília",
  "resumo": "Michel Jesus/Câmara dos Deputados A abertura acontecerá na noite do dia 17 de dezembro, às 19 horas, com uma projeção mapeada e inédita no edifício do Congresso Nacional Estava tudo certo para que a exposição “Brasília – Da Utopia à Capital”, que já passou por 12 países, acontecesse no Salão Negro do Congresso Nacional no ... ",
  "credito": "Pedro França/Agência Senado", "legenda": "img20190904161054368.jpg", "alt": "Brasília - Congresso",
  "imagem": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20190904161054368-jpg-2- 505x511.jpg",
  "thumbnail": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20190904161054368- 150x150.jpg",
  "video": null, "poster": null, "audio": null,
  "link": "https://www.camara.leg.br/noticias/716366-congresso- recebe-projecoes-de-imagens-sobre-os-60- anos-de-brasilia/",
  "post_type": "Notícias", "midia": "TEXTO",
  "estado": "associar_imagem", "prioridade": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201202204155826- 768x512.jpg"
},
{
  "id_wp": 716060,
  "item_conteudo": "eh-item-conteudo_21", "objeto_wp": null,
  "tema": "Direitos Humanos",
  "titulo": "Câmara cria comissão para acompanhar políticas para o envelhecimento saudável",
  "resumo": "Deputada defende a criação de linhas de financiamento para que municípios implantem as ações previstas em lei",
  "credito": "Enerson Cleiton/Prefeitura de Uberaba-MG", "legenda": "img20200721153650602.jpg",
  "alt": "Idosos dançam em festa", "imagem": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20200721153650602-jpg- 478x482.jpg",
  "thumbnail": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20200721153650602- 150x150.jpg",
  "video": null, "poster": null, "audio": {
    "nome": "20201215 CF CEXT ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL", "descricao": "\"20201215 CF CEXT ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL\"".
```

Gênero: Other.",



CÂMARA DOS DEPUTADOS

"legenda": "", "texto_alternativo": "", "credito": "",
"url":

"https://www.camara.leg.br/midias/audio/2020/12/20201215-cf-cext- envelhecimento-saudvel.mp3"

},

"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/716060-camara-cria- comissao-para-acompanhar-politicas-para-o-
envelhecimento-saudavel/",

"post_type": "Notícias", "midia": "AUDIO",

"estado": "associar_imagem", "prioridade":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20191216125628672- 768x510.jpg"

},

{

"id_wp": 716370,

"item_conteudo": "eh-item-conteudo_22", "objeto_wp": null,

"tema": "Relações Exteriores",

"titulo": "Reforço da integração econômica e social é prioridade de Russomanno à frente do Parlasul",

"resumo": "O deputado Celso Russomanno (Republicanos-SP) será o presidente do Parlamento do Mercosul ao longo de 2021. Ele foi escolhido pela representação brasileira para substituir o parlamentar argentino Oscar Laborde, que ocupou o cargo em 2020. O Parlasul tem sede em Montevidéu, capital uruguaia, e é órgão legislativo e de representação civil do bloco econômico integrado ... ",

"credito": "Jefferson Rudy/Agência Senado", "legenda": "img20201113121115971.jpg",

"alt": "Placa indicativa da entrada do Congresso Nacional", "imagem":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201113121115971-jpg- 505x511.jpg",

"thumbnail": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201113121115971- 150x150.jpg",

"video": "https://www.youtube.com/embed/sQR0IY5nsfA", "poster": null,

"audio": {

"nome": "20201215 JC RUSSOMANO PARLASUL",

"descricao": "\\20201215 JC RUSSOMANO PARLASUL\\". Gênero:

Other.",

"legenda": "", "texto_alternativo": "", "credito": "",
"url":

"https://www.camara.leg.br/midias/audio/2020/12/20201215-jc-russomano- parlasul.mp3"

},

"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/716370-reforco-da- integracao-economica-e-social-e-prioridade-de-
russomanno-a-frente-do- parlasul/",

"post_type": "Notícias", "midia": "VIDEO",

"estado": "associar_conteudo",

"prioridade": "https://www.youtube.com/embed/sQR0IY5nsfA"

},

{

"id_wp": null,

"item_conteudo": "eh-item-conteudo_23", "objeto_wp": null,

"tema": "Tema",

"titulo": "Confira aqui as principais mudanças no Código de Trânsito Brasileiro",

"resumo": "O texto do resumo será substituído aqui após associar um conteúdo interno wordpress",

"credito": "Arte/Câmara dos Deputados", "legenda": "img20201014094054103.jpg",

"alt": "desenho de carro, sinais de trânsito e semáforo", "imagem":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/10/img20201014094054103- 768x432.jpg",

"thumbnail": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/10/img20201014094054103- 150x150.jpg",



CÂMARA DOS DEPUTADOS

```
"video": null, "poster": null,

"audio": null,
"link": "https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos- html5/principais-mudancas-no-codigo-de-
transito/index.html",
"estado": "associar_imagem"
},
{
  "id_wp": null,
  "item_conteudo": "eh-item-conteudo_24", "objeto_wp": null,
  "tema": "Meio Ambiente",
  "titulo": "Conheça a Lei de Proteção de Dados Pessoais", "resumo": "Especialistas do Instituto Brasileiro
do Meio Ambiente
(Ibama), do Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais (Cenima) e do Ministério do
Meio Ambiente afirmaram à CPI do Óleo nesta terça-feira (17) que, até hoje, mais de três meses depois do
desastre, continua desconhecido o responsável pelo derramamento de óleo no litoral dos nove estados
nordestinos, ... ",
  "credito": "",
  "legenda": "",
  "alt": "",
  "imagem": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/10/lgpd- 768x432.jpeg",
  "thumbnail": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/10/lgpd-150x150.jpeg",
  "video": null,
  "poster": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/03/img20200324131357487-jpeg- 676x447.jpeg",
  "audio": null,
  "link": "https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos- html5/conheca-a-lei-de-protecao-de-dados-
pessoais/index.html",
  "post_type": "Notícias", "midia": "AUDIO",
  "estado": "associar_imagem", "prioridade":
  "https://www.camara.leg.br/midias/image/2019/12/img20191217202520849- 768x512.jpg"
},
{
  "id_wp": 0,
  "item_conteudo": "eh-item-conteudo_25", "objeto_wp": null,
  "tema": "Tema",
  "titulo": "O texto do título será substituído aqui após associar um conteúdo interno wordpress",
  "resumo": "O texto do resumo será substituído aqui após associar um conteúdo interno wordpress",
  "credito": null, "legenda": null, "alt": null, "imagem": null, "thumbnail": null, "video": null, "poster": null,
  "audio": null, "link": null
},
{
  "id_wp": 0,
  "item_conteudo": "eh-item-conteudo_26", "objeto_wp": null,
  "tema": "Tema",
  "titulo": "O texto do título será substituído aqui após associar um conteúdo interno wordpress",
  "resumo": "O texto do resumo será substituído aqui após associar um conteúdo interno wordpress",
  "credito": null, "legenda": null, "alt": null, "imagem": null, "thumbnail": null, "video": null, "poster": null,
  "audio": null, "link": null
},
{
  "id_wp": 0,
  "item_conteudo": "eh-item-conteudo_27", "objeto_wp": null,
  "tema": "Tema",
  "titulo": "O texto do título será substituído aqui após associar
um conteúdo interno wordpress",
```



CÂMARA DOS DEPUTADOS

```
"resumo": "O texto do resumo será substituído aqui após associar um conteúdo interno wordpress",
"credito": null, "legenda": null, "alt": null, "imagem": null, "thumbnail": null, "video": null, "poster": null,
"audio": null, "link": null
},
{
  "id_wp": 0,
  "item_conteudo": "eh-item-conteudo_28", "objeto_wp": null,
  "tema": "Tema",
  "titulo": "O texto do título será substituído aqui após associar um conteúdo interno wordpress",
  "resumo": "O texto do resumo será substituído aqui após associar um conteúdo interno wordpress",
  "credito": null, "legenda": null, "alt": null, "imagem": null, "thumbnail": null, "video": null, "poster": null,
  "audio": null, "link": null
},
{
  "id_wp": 0,
  "item_conteudo": "eh-item-conteudo_29", "objeto_wp": null,

  "tema": "Tema",
  "titulo": "O texto do título será substituído aqui após associar um conteúdo interno wordpress",
  "resumo": "O texto do resumo será substituído aqui após associar um conteúdo interno wordpress",
  "credito": null, "legenda": null, "alt": null, "imagem": null, "thumbnail": null, "video": null, "poster": null,
  "audio": null, "link": null
},
{
  "id_wp": 0,
  "item_conteudo": "eh-item-conteudo_30", "objeto_wp": null,
  "tema": "Tema",
  "titulo": "O texto do título será substituído aqui após associar um conteúdo interno wordpress",
  "resumo": "O texto do resumo será substituído aqui após associar um conteúdo interno wordpress",
  "credito": null, "legenda": null, "alt": null, "imagem": null, "thumbnail": null, "video": null, "poster": null,
  "audio": null, "link": null
},
{
  "id_wp": 0,
  "item_conteudo": "eh-item-conteudo_31", "objeto_wp": null,
  "tema": "Tema",
  "titulo": "O texto do título será substituído aqui após associar um conteúdo interno wordpress",
  "resumo": "O texto do resumo será substituído aqui após associar um conteúdo interno wordpress",
  "credito": null, "legenda": null, "alt": null, "imagem": null, "thumbnail": null, "video": null, "poster": null,
  "audio": null, "link": null
},
{
  "id_wp": 0,
  "item_conteudo": "eh-item-conteudo_32", "objeto_wp": null,
  "tema": "Tema",

  "titulo": "O texto do título será substituído aqui após associar um conteúdo interno wordpress",
  "resumo": "O texto do resumo será substituído aqui após associar um conteúdo interno wordpress",
  "credito": null, "legenda": null, "alt": null, "imagem": null, "thumbnail": null, "video": null, "poster": null,
  "audio": null, "link": null
},
{
  "id_wp": 0,
```




CÂMARA DOS DEPUTADOS

```
"item_conteudo": "eh-item-conteudo_33", "objeto_wp": null,
"tema": "Tema",
"titulo": "O texto do título será substituído aqui após associar
um conteúdo interno wordpress",
"resumo": "O texto do resumo será substituído aqui após associar um conteúdo interno wordpress",
"credito": null, "legenda": null, "alt": null, "imagem": null, "thumbnail": null, "video": null, "poster": null,
"audio": null, "link": null
},
{
  "id_wp": 0,
  "item_conteudo": "eh-item-conteudo_34", "objeto_wp": null,
  "tema": "Tema",
  "titulo": "O texto do título será substituído aqui após associar
um conteúdo interno wordpress",
  "resumo": "O texto do resumo será substituído aqui após associar um conteúdo interno wordpress",
  "credito": null, "legenda": null, "alt": null, "imagem": null, "thumbnail": null, "video": null, "poster": null,
  "audio": null, "link": null
},
{
  "id_wp": 0,
  "item_conteudo": "eh-item-conteudo_35", "objeto_wp": null,
  "tema": "Tema",
  "titulo": "O texto do título será substituído aqui após associar
um conteúdo interno wordpress",

  "resumo": "O texto do resumo será substituído aqui após associar um conteúdo interno wordpress",
  "credito": null, "legenda": null, "alt": null, "imagem": null, "thumbnail": null, "video": null, "poster": null,
  "audio": null, "link": null
}
],
"destaqueTopo": { "id": null, "titulo": null, "nome": "", "link": null
},
"estreia": {
  "id": null, "titulo": null, "nome": "", "link": null,
  "tema": null, "resumo": null, "poster": null, "video": null, "audio": null
}
}
```

A seguir, o retorno do endpoint <https://camaranews-api.camara.leg.br/wp-json/conteudo-portal/715619> , no qual 715619 é o id_wp de uma das matérias em destaque na homepage:

```
{
  "id": 715619,
  "tipo_conteudo": "agencia", "objeto_wp": {
    "label": "Notícias", "capability": "post"
  },
  "link": "https://www.camara.leg.br/noticias/715619-camara-aprova-regras-para-compensacao-da-lei-kandir-aos-estados/",
  "area_conteudo": { "id": 10,
    "name": "Notícias", "slug": "noticias"
  },
  "path_separado": [ "",
    "www.camara.leg.br", "noticias",
    "715619-camara-aprova-regras-para-compensacao-da-lei-kandir-aos-estados"
  ]
}
```



CÂMARA DOS DEPUTADOS

},
"breadcrumbs": [

{
"nivel": 0, "name": "Notícias",
"slug": "noticias", "id": 10,
"link": null
}
],
"menu_local": "",
"titulo": "Câmara aprova regras para compensação da Lei Kandir aos estados",
"data": 1607969194,
"data_formatada": "14/12/2020", "hora_formatada": "18:06",
"conteudo": "<p>A Câmara dos Deputados aprovou nesta segunda-feira (14) o Projeto de Lei Complementar 133/20, do Senado, que formaliza o acordo entre a União e os estados para encerrar disputas judiciais pela isenção do ICMS nas exportações, prevendo repasses de R\$ 58 bilhões pelo governo federal entre 2020 e 2037. Aprovada por 408 votos a 9, a proposta será enviada à sanção presidencial.</p><n<div id=\"image-container-715670\" class=\"image-container\" style=\"float: none; margin: 45px 0px; width: 100%;\" data-midia=\"715670\"><n<div class=\"midia-creditos\">Najara Araujo/Câmara dos Deputados</div><n<div class=\"media-wrapper\"></div><n<div class=\"midia-legenda\">Lucas Redecker: o projeto vai permitir uma melhor organização financeira dos estados</div><n<div><n<p>A polêmica existe desde 1996, quando a <span id=\"4310\" class=\"termoGlossario\" title=\"Nome pelo qual é conhecida a Lei Complementar 87/96<a>, que regulamentou o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal imposto de competência dos estados. A lei isentou desse tributo os produtos primários e semi-industrializados destinados à exportação.\" contenteditable=\"false\" data-toggle=\"tooltip\" data-placement=\"top\">Lei Kandir (Lei Complementar 87/96) exonerou as exportações de todos os tributos, inclusive estaduais, e remeteu a uma outra lei complementar como seriam feitas as compensações aos estados e ao Distrito Federal.</p><n<p>Nesse período, o Congresso não votou essa lei; e vários estados entraram, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), pois a existência da lei estava prevista na Constituição desde 2003 (Emenda Constitucional 42). Essa emenda prevê repasses anuais provisórios enquanto não houver uma lei definitiva.</p><n<p>Em 2016, o Supremo deu ganho de causa aos estados e, desde então, tem renovado prazos para o Congresso aprovar a lei complementar prevista.</p><n<p>Para pôr fim à disputa, negociações iniciadas em 2019 e terminadas em maio deste ano levaram ao acerto desse pagamento e de mais R\$ 3,6 bilhões condicionados à repartição com todos os estados e municípios de royalties arrecadados pela exploração de petróleo, de recursos hídricos e minerais. Essa repartição deve constar da PEC do Pacto Federativo (PEC 188/19), que aguarda votação no Senado.</p><n<p>Finanças dos estados
<nO projeto aprovado pela Câmara nesta segunda-feira foi relatado em Plenário pelo deputado Lucas Redecker (PSDB-RS), que recomendou a aprovação do texto original, com uma emenda de redação que não altera a essência da proposta.</p><n<p>Redecker comemorou a aprovação do projeto. “Em oito anos como deputado estadual no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Rio Grande do Sul, debatemos a exoneração da Lei Kandir e, com esse projeto, conseguimos agora um resultado para melhorar a organização financeira desses estados a longo prazo”, afirmou.

Repasse de 2019

A título de quitação do repasse temporário pendente de 2019 para compensar as perdas com a isenção tributária, o projeto determina o rateio de mais R\$ 4 bilhões com dinheiro a ser arrecadado no leilão de petróleo do

Refere-se a um conjunto de rochas localizadas no fundo do mar, abaixo de uma extensa camada de sal, com potencial para a geração e acúmulo de petróleo. Os reservatórios brasileiros nessa camada estão a aproximadamente 7 mil metros de profundidade, em uma faixa que se estende por cerca de 800 km entre o Espírito Santo e Santa Catarina. dos campos de Atapu e Sépia, que está previsto para o terceiro trimestre de 2021. Assim, o valor global do acordo soma R\$ 65,6 bilhões.

Parcelas anuais

Dos R\$ 58 bilhões previstos entre 2020 e 2037, R\$ 4 bilhões serão entregues a cada ano entre 2020 e 2030. De 2031 a 2037, os valores vão diminuindo R\$ 500 milhões ao ano (R\$ 3,5 bilhões em 2031; R\$ 3 bilhões em 2032; e assim por diante).

Em contrapartida, os estados desistirão de todas as ações na Justiça sobre o tema dentro de dez dias da publicação da futura lei; e a obrigação da União de entregar recursos compensatórios acabará.

Responsabilidade fiscal

O texto também libera a União de apresentar estimativas de impacto orçamentário, aumento de receita ou diminuição de despesas para compensar esses repasses, que não serão considerados despesa obrigatória de caráter continuado.

Critérios de rateio

Os R\$ 58 bilhões a serem pagos até 2037 deverão ser rateados entre os estados segundo dois critérios. Metade dos recursos serão divididos conforme coeficientes definidos no projeto. Por esse critério, os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, juntos, ficam com cerca de 60% dessa metade.

Para os demais 50%, valerão os coeficientes divulgados periodicamente pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão que reúne as secretarias de Fazenda de todos os estados e do DF.

Entretanto, os estados ficam com 75% do valor recebido de todo o repasse porque a Constituição determina a destinação do restante (25%) aos municípios.

A União entregará o dinheiro diretamente às prefeituras segundo suas cotas-parte do ICMS dentro de cada estado.

Leilões de petróleo

Esses critérios valem ainda para o repasse dos R\$ 4 bilhões vindos da arrecadação com a venda dos direitos de exploração do pré-sal. No leilão do ano passado, não apareceram interessados pelos campos de Atapu e Sépia, pelos quais o governo pedia R\$ 36,6 bilhões.

Se os leilões ocorrerem em anos distintos, o repasse será de R\$ 2 bilhões em cada exercício em parcela única.

No caso desses R\$ 4 bilhões, os estados somente poderão aplicar o dinheiro em despesas previdenciárias suas e das estatais dependentes, em fundos

previdenciários de servidores públicos, para pagar contribuições sociais devidas ao INSS ou para investimento.

Já os municípios poderão escolher entre gastar os recursos, alternativamente, com investimento ou com essas contribuições sociais.

<https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/SessoesVirtuaisCamara/index.html> Saiba como funcionam as sessões virtuais do Plenário

<https://www.camara.leg.br/noticias/606442-conheca-a-tramitacao-de-projetos-de-lei-complementar/> Conheça a tramitação de projetos de lei complementar

"resumo": "Proposta formaliza acordo entre União e estados para encerrar disputas judiciais pela isenção do ICMS nas exportações",

"imagens": [
{

(virtual)",

"id": 715670,

"nome": "Plenário - Sessão Deliberativa Extraordinária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

"descricao": "Votação de propostas legislativas. Dep. Lucas

Redecker (PSDB - RS)",

"legenda": "Plenário - Sessão Deliberativa Extraordinária

(virtual)",

"texto_alternativo": null,

"autor": "Najara Araujo/Câmara dos Deputados", "local": null,

"tema": null, "data": "14/12/2020",

"institucional": "Não", "sizes": [

{

"tipo": "thumbnail", "url":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201214175447921- 150x150.jpg",

"width": 150,

"height": 150

},

{

"tipo": "medium", "url":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201214175447921- 300x200.jpg",

"width": 300,

"height": 200

},

{

"tipo": "medium_large", "url":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201214175447921- 768x512.jpg",

"width": 768,

"height": 512

},

{

"tipo": "large", "url":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201214175447921- 1024x683.jpg",

"width": 1024,

"height": 683

},

{

"tipo": "post-thumbnail", "url":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201214175447921- 1568x1045.jpg",

"width": 1568,

"height": 1045

}

],

"url": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201214175447921.jpg",

"url_midia": null, "url_thumb_midia": null, "tempo": null

}

],

"videos": [], "audios": [

{

"id": 715752,

"nome": "20201211 JC PLENARIO",

"descricao": "\"20201211 JC PLENARIO\". Gênero: Other.", "legenda": "",

"texto_alternativo": null, "autor": null,

"local": null,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

```
"tema": null,
"data": null, "institucional": "Não", "sizes": null,
"url": "https://www.camara.leg.br/midias/audio/2020/12/20201211-jc-plenario.mp3",
"url_midia": null, "url_thumb_midia": null, "tempo": "5:00"
},
],
"arquivos": [], "tags_conteudo": [
{
"id": 269,
"nome": "estados",
"slug": "estados"
},
{
"id": 229,
"nome": "exportação", "slug": "exportacao"
},
{
"id": 190,
"nome": "finanças públicas", "slug": "financas-publicas"
},
{
"id": 255,
"nome": "icms",
"slug": "icms"
},
{
{id": 14508,
"nome": "Isenção de tributo", "slug": "isencao-de-tributo"
},
{
{id": 464,
"nome": "isenção fiscal", "slug": "isencao-fiscal"
},
{
{id": 120,
"nome": "lei kandir",
"slug": "lei-kandir"
},
{
{id": 375,
"nome": "plenário", "slug": "plenario"
},
{
{id": 272,
"nome": "stf",
"slug": "stf"
}
},
],
"data_atualizacao": null, "data_atualizacao_formatada": null, "hora_atualizacao_formatada": null,
"tema_principal": {
"id": 2,
"titulo": "Administração Pública"
},
"outros_temas": [
{
```



CÂMARA DOS DEPUTADOS

```
"id": 3,
"titulo": "Economia"
},
{
  "id": 18,
  "titulo": "Política"
}
],
"tema_do_dia": { "id": 16220,
"titulo": "======"
},
"rodape": "Reportagem – Eduardo Piovesan\r\nEdição – Pierre Triboli", "tipo_midia": "VIDEO",
"tipo_noticia": "CONSOLIDADA", "continuacao": [], "deputados": [
"204404"
],
"proposicoes": [ "2265505"
],
"proposicao_principal": "2265505",

"leis": [
"370965"
],
"materias_relacionadas": [
{
  "id": 714639,
  "data": 1607610633,
  "data_formatada": "10/12/2020",
  "titulo": "Poder Executivo destina crédito de R$ 4 bilhões para acordo sobre a Lei Kandir",
  "conteudo": "O Poder Executivo enviou quarta-feira (9) ao Congresso Nacional modificações em proposta (PLN 41/20) que prevê crédito adicional neste ano. Com isso, o governo abre espaço para quitar R$ 4 bilhões em acordo para compensar entes federativos pela <a href='\"https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1996/leicomplementar-87-13-setembro-1996-370965-norma-pl.html\"'>Lei Kandir.</a>\r\n\r\nEm mensagem encaminhada ao Congresso, o ministro da Economia, Paulo Guedes, informou que o valor total do <span id='\"4511\"' class='\"termoGlossario\"' title='\"Destinação de recurso para uma ação não prevista na lei orçamentária.\"' contenteditable='\"false\"' data-toggle='\"tooltip\"' data-placement='\"top\"'>crédito especial</span> aumentará para R$ 4,2 bilhões, sendo a maior parte alocada em transferências da União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.\r\n<div id='\"image-container-689228\"' class='\"image-container\"' style='\"float: none; margin: 45px 0px; width: 100%;\"' data-midia='\"689228\"'>\r\n<div class='\"midia-creditos\"'><em>Luis Macedo / Câmara dos Deputados</em></div>\r\n<div class='\"media-wrapper\"'><img style='\"width: 100%; height: auto;\"' src='\"https://camaranews.camara.leg.br/wp-content/uploads/midias/image/2020/09/img20200811201233135-768x512.jpg\"' alt='\"Ministro da Economia, Paulo Guedes\"' /></div>\r\n<div class='\"midia-legenda\"'>Guedes: recurso vai para estados e municípios</div>\r\n</div>\r\nSegundo ele, R$ 4 bilhões ficarão parados à espera da eventual aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei Complementar <a class='\"linkProposicao\"' href='\"https://www.camara.leg.br/noticias/710701-projeto-regulamenta-acordo-entre-uniao-e-estados-para-compensacao-da-lei-kandir\"'>PLP 133/20</a>, do Senado, que regulamenta acordo no Supremo Tribunal Federal para encerrar ações judiciais em curso desde 2013.\r\n\r\nA <a href='\"https://www.camara.leg.br/noticias/700493-propostas-destinam-credito-extra-de-r-1167-milhoes-para-orgaos-do-executivo\"'>versão original</a> do PLN 41/20, de 15 de outubro, remanejava R$ 93 milhões para categorias de gasto em oito ministérios não previstas anteriormente no Orçamento. Essa alteração continua na proposta e, para isso, haverá cancelamento de emendas parlamentares de bancada estadual.\r\n\r\n<strong>Acordo na Justiça</strong>\r\nA Lei Kandir isentou empresas do ICMS sobre exportações. Como o tributo é dividido por estados e municípios, a lei previu compensação financeira a ser paga pela União devido à perda da arrecadação. Divergências sobre os cálculos deram início aos litígios.\r\n\r\nPelo acordo, os entes federativos receberão obrigatoriamente R$ 58 bilhões, em parcelas anuais, de 2020 até 2037. Os R$ 7,6 bilhões restantes estão condicionados à aprovação de outras iniciativas
```




CÂMARA DOS DEPUTADOS

legislativas e a futuro leilão de blocos de petróleo no pré-sal.\r\n\r\nO <https://www.camara.leg.br/noticias/710701-projeto-regulamenta-acordo-entre-uniao-e-estados-para-compensacao-da-lei-kandir/>>PLP 133/20 <https://www.camara.leg.br/noticias/710701-projeto-regulamenta-acordo-entre-uniao-e-estados-para-compensacao-da-lei-kandir/>>formaliza as regras desse acordo. Deputados já concordaram com a urgência para apreciação da proposta em Plenário. Em parecer preliminar, o relator, deputado <https://www.camara.leg.br/deputados/204404/>>Lucas

Redecker (PSDB-RS), recomendou a aprovação do texto original do Senado.\r\n\r\n“A proposta chega em bom momento, uma vez que prevê a entrega de R\$ 4 bilhões ainda neste ano”, explicou Redecker. “Esses recursos serão vitais para garantir a prestação de serviços públicos no que aparenta ser uma segunda onda da Covid-19.”\r\n\r\nAinda na tentativa de ajustar o Orçamento e efetivar o cumprimento do acordo, o Poder Executivo encaminhou, e o Congresso aprovou, <https://www.camara.leg.br/noticias/708557-sancionada-mudanca-na-ldo-que-permitira-cumprimento-de-acordo-sobre-a-lei-kandir/>>mudanças nas diretrizes orçamentárias deste ano. Sancionada, a

<https://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2020/lei-14085-17-novembro-2020-790806-norma-pl.html/>>Lei 14.085/20 permite os ajustes solicitados por Guedes.\r\n\r\nCancelamentos\r\n\r\nNo PLN 41/20 atualizado, os R\$ 4 bilhões para estados e municípios serão oriundos, na maior parte, do remanejamento de verbas anteriormente destinadas a benefícios previdenciários, compensações no Regime Geral de Previdência Social e precatórios.\r\n\r\nO texto prevê ainda R\$ 106 milhões para a Receita Federal, provenientes de excesso de arrecadação, e R\$ 4,2 milhões remanejados dentro do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) para a dragagem de portos no Nordeste.\r\n\r\nTramitação\r\n\r\nO PLN 41/20, [https://legis.senado.leg.br/sdleg-](https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8913557&ts=1608044739172&disposition=inline/)

[getter/documento?dm=8913557&ts=1608044739172&disposition=inline/](https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8913557&ts=1608044739172&disposition=inline/)>atu alizado mais uma vez na terça-feira (15), será analisado na próxima quarta-feira (16) por deputados e senadores em sessão do Congresso Nacional. Pelo trâmite regular, o texto deveria passar pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), mas o colegiado ainda não foi instalado nesta sessão legislativa.\r\n\r\nAto da Câmara dos Deputados e do Senado regulamentou a deliberação remota, pelo Congresso, de temas orçamentários durante o estado de calamidade pública devido à pandemia em casos de urgência, relacionados à Covid-19 e com apoio dos líderes.\r\n\r\nA <https://www.congressonacional.leg.br/sessoes/agenda-do-congresso-nacional/-/pauta/24390#pauta/>>pauta anunciada para a próxima reunião do Congresso inclui ainda a análise e a votação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e mais outra proposta de crédito adicional (<https://www.camara.leg.br/noticias/693671-proposta-destina-credito-extra-de-r-483-milhoes-para-tres-ministerios/>>PLN 29/20). Ficaram de fora 22 vetos presidenciais à espera de análise.”,

"hora_formatada": "14:30", "tema_principal": "",

"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/714639-poder-executivo-destina-credito-de-r-4-bilhoes-para-acordo-sobre-a-lei-kandir/",

"horario": "",

"resumo": "Plenário aprovou nessa quarta (9) urgência para apreciação de acordo de pagamento ",

"imagens": [

{

"id": 689228,

"nome": "Presidência",

"descricao": "Entrevista coletiva no Ministério da Economia. Ministro da Economia, Paulo Guedes ",

"legenda": "Presidência", "texto_alternativo": null,

"autor": "Luis Macedo / Câmara dos Deputados", "local": null,

"tema": null, "data": "11/08/2020",

"institucional": "Não", "sizes": [

{

"tipo": "thumbnail", "url":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/09/img20200811201233135-150x150.jpg",

"width": 150,

"height": 150

},

{



CÂMARA DOS DEPUTADOS

```
"tipo": "medium", "url":
"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/09/img20200811201233135- 300x200.jpg",
"width": 300,
"height": 200
},
{
"tipo": "medium_large", "url":
"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/09/img20200811201233135- 768x512.jpg",
"width": 768,
"height": 512
},
{
"tipo": "large", "url":
"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/09/img20200811201233135- 1024x683.jpg",
"width": 1024,
"height": 683
},
{
"tipo": "post-thumbnail", "url":
"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/09/img20200811201233135- 1568x1045.jpg",
"width": 1568,
"height": 1045
},
{
"tipo": "Personalizado_1", "url":
"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/09/presidencia-177-740x464.jpg",
"width": "740",
"height": "464"
},
{
"tipo": "Personalizado_2", "url":
"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/09/presidencia-177-767x454.jpg",
"width": "767",
"height": "454"
}
},
"url": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/09/img20200811201233135.jpg",
"url_midia": null, "url_thumb_midia": null, "tempo": null

}
],
"videos": [], "tipo": "CONSOLIDADA"
},
{
"id": 708557,
"data": 1605702213,
"data_formatada": "18/11/2020",
"titulo": "Sancionada mudança na LDO que permitirá cumprimento de
acordo sobre a Lei Kandir",
"conteudo": "<div id=\"image-container-708581\" class=\"image- container\" style=\"float: none; margin:
45px 0px; width: 100%;\" data- midia=\"708581\">\r\n<div class=\"midia-creditos\"><em>Cláudio
Neves/Portos do Paraná</em></div>\r\n<div class=\"media-wrapper\"><img style=\"width: 100%; height:
auto;\"
src=\"https://camaranews.camara.leg.br/wp-
content/uploads/midias/image/2020/11/img20200206163301386-768x512.jpg\" alt=\"Transporte - barcos e
portos - contêineres balança comercial exportações importações logística mercadorias economia produção
PIB (porto de Paranaguá-PR)\" /></div>\r\n<div class=\"midia-legenda\">Lei estabelece regras para a União
```



CÂMARA DOS DEPUTADOS

compensar os entes federados das perdas com a desoneração de ICMS nas exportações prevista na Lei Kandir</div>\r\n</div>\r\nFoi sancionada a Lei 14.085/20, que permitirá ao Poder Executivo dar início ao cumprimento do acordo para compensação das perdas dos entes federados com a Lei Kandir. Pelo acordo, a primeira parcela do total devido pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios será quitada ainda neste ano.\r\n\r\nA proposta muda a Lei de Diretrizes Orçamentárias em vigor para permitir que o Executivo seja dispensado da apresentação de medidas compensatórias, como aumento de impostos, em razão da transferência. Alterada a LDO, a despesa e a fonte dos recursos precisarão ser incluídas no Orçamento de 2020.\r\n\r\nO acordo, homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 20 de maio para encerrar ações judiciais que apontavam omissão legislativa, prevê regras para a União compensar os entes federados das perdas com a desoneração de ICMS nas exportações prevista na Lei Kandir. Obrigatoriamente, estados, DF e municípios receberão R\$ 58 bilhões, em parcelas, de agora até 2037.\r\n\r\nEstão previstos ainda dois repasses extras da União. Um, de R\$

3,6 bilhões, está condicionado à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 188/19), que trata do novo pacto federativo e tramita no Senado. O outro, de R\$ 4 bilhões, depende do futuro leilão de petróleo dos blocos de Atapu e de Sépia, ambos situados no pré-sal.\r\n\r\nRegras em tramitação\r\nNa proposta que deu origem à lei (PLN 18/20), o Ministério da Economia considerou cumprido trecho do acordo que determinava a apresentação ao Congresso de projeto de lei que formaliza as regras. Dois textos já em tramitação no Senado desde maio (PLPs 133/20 e 140/20) tratam do assunto e espelham o acordo, avaliou o ministério.\r\n\r\nDe 2020 a 2030, conforme essas propostas, a União repassará aos entes federados R\$ 4 bilhões por ano. De 2031 a 2037, esse montante será reduzido progressivamente em R\$

500 milhões por ano. Haverá também critérios para divisão do dinheiro entre os estados e o Distrito Federal, bem como entre eles e os seus próprios municípios.

"hora_formatada": "12:23", "tema_principal": "",

"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/708557-sancionada-mudanca-na-ldo-que-permitira-cumprimento-de-acordo-sobre-a-lei-kandir/",

"horario": "",

"resumo": "Com a nova lei, estados, DF e municípios receberão R\$

58 bilhões, em parcelas, de agora até 2037. A primeira será quitada ainda neste ano",

"imagens": [

{

"id": 708581,

"nome": "img20200206163301386.jpg",

"descricao": "Transporte - barcos e portos - contêineres balança comercial exportações importações logística mercadorias economia produção PIB (porto de Paranaguá-PR)",

"legenda": "img20200206163301386.jpg", "texto_alternativo": null,

"autor": "Cláudio Neves/Portos do Paraná", "local": null,

"tema": null, "data": "06/02/2020",

"institucional": "Não", "sizes": [



CÂMARA DOS DEPUTADOS

```
{
  "tipo": "thumbnail", "url":
  "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/11/img20200206163301386- 150x150.jpg",
  "width": 150,
  "height": 150
},
{
  "tipo": "medium", "url":
  "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/11/img20200206163301386- 300x200.jpg",
  "width": 300,
  "height": 200
},
{
  "tipo": "medium_large", "url":
  "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/11/img20200206163301386- 768x512.jpg",
  "width": 768,

  "height": 512
},
{
  "tipo": "large", "url":
  "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/11/img20200206163301386- 1024x683.jpg",
  "width": 1024,
  "height": 683
},
{
  "tipo": "post-thumbnail", "url":
  "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/11/img20200206163301386- 1568x1045.jpg",
  "width": 1568,
  "height": 1045
}
],
"url": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/11/img20200206163301386.jpg",
"url_midia": null, "url_thumb_midia": null, "tempo": null
}
},
"videos": [], "tipo": "CONSOLIDADA"
},
{
  "id": 715501,
  "data": 1607943465,
  "data_formatada": "14/12/2020",
  "titulo": "Maia defende convocação do Congresso em janeiro para
votar propostas sobre pandemia e ajuste fiscal",
  "conteudo": "<div id=\"image-container-714390\" class=\"image- container\" style=\"float: none; margin:
45px 0px; width: 100%;\" data- midia=\"714390\">\r\n<div class=\"midia-creditos\"><em>Najara
Araujo/Câmara dos Deputados</em></div>\r\n<div class=\"media-wrapper\"><img style=\"width: 100%;
height: auto;\" src=\"https://camaranews.camara.leg.br/wp-
content/uploads/midias/image/2020/12/img20201209154858651-768x512.jpg\" alt=\"Deputado Rodrigo Maia
concede entrevista\" /></div>\r\n<div class=\"midia-legenda\">Maia: \"Não há outra solução, já que o
decreto de calamidade não será prorrogado\"</div>\r\n<div>\r\nO presidente da Câmara dos Deputados,
<a href=\"https://www.camara.leg.br/deputados/74693\">Rodrigo Maia (DEM-RJ)</a>, defendeu o
cancelamento do <span id=\"4275\" class=\"termoGlossario\" title=\"Interrupção temporária das atividades
legislativas. Não havendo convocação para sessão legislativa extraordinária, o recesso da Câmara e do Senado
será de 18 a 31 de julho e de 23 de dezembro a 1º de fevereiro.\" contenteditable=\"false\" data-
```



CÂMARA DOS DEPUTADOS

toggle="tooltip" data-placement="top">recesso parlamentar de janeiro para que a Câmara e o Senado votem propostas de combate à pandemia e medidas de ajuste fiscal.

Entre os projetos prioritários citados por Maia estão, além da PEC Emergencial, o projeto de lei complementar que libera verbas de fundos públicos para enfrentamento da pandemia de Covid-19 (<https://www.camara.leg.br/noticias/665705-proposta-libera-r-1777-bilhoes-para-enfrentamento-da-pandemia-de-coronavirus>), propostas relacionadas à vacinação e o texto que institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS).

Essa última proposta faz parte da reforma tributária e foi encaminhada pelo governo em julho. O projeto substitui o PIS/Pasep e a Cofins.
"Sou a favor que o Congresso trabalhe em janeiro para aprovar, principalmente, a PEC emergencial. Não há outra solução, já que o decreto de calamidade não será prorrogado", disse o presidente em suas redes sociais.
A PEC Emergencial envolve medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal. Segundo Rodrigo Maia, a aprovação da proposta é fundamental para conter o crescimento da dívida pública.
"Com mais de 180 mil mortos e com o agravamento da pandemia, o Congresso precisa estar atuante ao lado da população, contra o vírus, para ajudar neste momento tão difícil para o Brasil", prosseguiu.

"hora_formatada": "10:57", "tema_principal": "",

"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/715501-maia-defende-convocacao-do-congresso-em-janeiro-para-votar-propostas-sobre-pandemia-e-ajuste-fiscal/",

"horario": "",

"resumo": "Com mais de 180 mil mortos e com o agravamento da pandemia, o Congresso precisa estar atuante ao lado da população", disse,

"imagens": [

{

"id": 714390,

"nome": "Presidência",

"descricao": "Presidente da Câmara dos Deputados, dep.

Rodrigo Maia, concede entrevista coletiva sobre a atividade legislativa durante a crise causada pelo coronavírus",

"legenda": "Presidência", "texto_alternativo": null,

"autor": "Najara Araujo/Câmara dos Deputados", "local": null,

"tema": null, "data": "09/12/2020",

"institucional": "Não", "sizes": [

{

"tipo": "thumbnail", "url":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201209154858651-150x150.jpg",

"width": 150,

"height": 150

},

{

"tipo": "medium", "url":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201209154858651-300x200.jpg",

"width": 300,

"height": 200

},

{

"tipo": "medium_large", "url":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201209154858651-768x512.jpg",

"width": 768,

"height": 512

},

{

"tipo": "large", "url":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/img20201209154858651-1024x683.jpg",



CÂMARA DOS DEPUTADOS

presidente, tanto a PEC Emergencial quanto a reforma tributária não serão aprovadas este ano em razão da briga política e da disputa pelos comandos das duas Casas do Legislativo. A tributária, em especial, “está pronta, tem voto e não será votada porque é a reforma do Rodrigo Maia, até a esquerda quer votar”, disse. \r\n\r\nMaia afirmou que a solução é dar prosseguimento na Câmara à chamada PEC dos Gatilhos (438/18), que tramita na Câmara e aguarda a criação de comissão especial para ser votada, e tentar votar, a proposta que unifica PIS/Cofins, por meio de Projeto de Lei. \r\n\r\n“Acredito que o governo possa ter quórum para em conjunto dar esse primeiro passo (unificação), mas, em relação às reformas, ficamos para trás. Acho que o dever de Casa está longe de ser enfrentado e todas essas disputas políticas podem nos levar a uma dificuldade que não temos hoje”, destacou. \r\n\r\nMaia destacou que o governo tem obstruído a própria pauta econômica e criticou o ministro da Economia, Paulo Guedes, por não ter encaminhado ao Congresso Nacional as propostas de privatização de empresas estatais. \r\n\r\n“O ministro disse que ia fazer quatro [privatizações], estou procurando e não há nenhuma. A única que ele colocou foi da Eletrobras, está sob suspeição. Não andou, não porque eu fiz acordo com a esquerda, mas porque queria beneficiar os acionistas atuais da Eletrobras”, afirmou. \r\n\r\n**Eleições na Câmara** \r\nMaia também criticou o que chamou de “interferência antidemocrática” na eleição para a sua sucessão na presidência da Câmara.

Segundo o presidente da Câmara, sua gestão mostrou a importância de ter uma instituição forte e independente. \r\n\r\n“Achar que deputado vai se vender por emenda, só um governo que não respeita a democracia”, afirmou. \r\n\r\n**Meio ambiente** \r\nPor fim, Maia afirmou que o Brasil enfrenta problemas não na área fiscal, mas também no meio ambiente.

Segundo ele, a imagem do País está prejudicada na questão ambiental. Ele lembrou que o presidente Jair Bolsonaro não está na lista de líderes mundiais que participarão da cúpula do clima, marcada para este sábado. \r\n\r\n“O Brasil é desrespeitado, malvisto no âmbito internacional. Outro problema do Brasil: não é só fiscal, é nossa imagem em relação ao meio ambiente”, disse.”,

"hora_formatada": "19:07", "tema_principal": "",

"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/715309-maia-critica-a-nao-votacao-da-pec-emergencial-pelo-senado/",

"horario": "",

"resumo": "\"A PEC Emergencial tinha o papel de nos dar a tranquilidade de acabar com o estado de calamidade e o orçamento de guerra\", disse",

"imagens": [

{

"id": 715318,

"nome": "maia5",

"descricao": "", "legenda": "Rodrigo Maia", "texto_alternativo": null,

"autor": "Reprodução YouTube", "local": "",

"tema": null, "data": "",

"institucional": "Não", "sizes": [

{

"tipo": "thumbnail", "url":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/maia5-150x150.jpg",

"width": 150,

"height": 150

},

{

"tipo": "medium", "url":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/maia5-300x215.jpg",

"width": 300,

"height": 215

},

{

"tipo": "medium_large", "url":

"https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/maia5-768x550.jpg",

"width": 768,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

```
"height": 550
},
{
  "tipo": "Personalizado_1", "url":
  "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/maia5-695x412.jpg",
  "width": "695",
  "height": "412"
}
],
"url": "https://www.camara.leg.br/midias/image/2020/12/maia5.jpg",
"url_midia": null, "url_thumb_midia": null, "tempo": null
}
],
"videos": [
{
  "id": 715449,
  "nome": "Maia: disputa política impediu votações importantes - 11/12/20",
  "descricao": "Maia: disputa política impediu votações importantes - 11/12/20\n",
  "legenda": "", "texto_alternativo": null, "autor": "",
  "local": null,
  "tema": null, "data": "14/12/2020",
  "institucional": "Não", "sizes": null,
  "url": "https://www.youtube.com/watch?v=4ogM3mMT9_U", "url_midia": null,
  "url_thumb_midia": null, "tempo": null
}
],
"tipo": "CONSOLIDADA"
}
],
"visivel_boletim": "sim", "visivel_home": "sim", "portal_congresso": "não", "desativar_comentarios": "não",
"comentarios_sisnews": [],

"total_comentarios_sisnews": 0, "pagina_tematica": {
  "tema": "Administração Pública",
  "link": "/temas/politica-e-administracao-publica", "tematica": "Política e Administração Pública"
},
"tempo_real": [],
"comissoes": []
}
```

Por fim, outro endpoint que será (parcialmente) útil para o aplicativo será o <https://camaranews-api.camara.leg.br/wp-json/conteudo-portal/ultimas> :

```
{
  "tipo_conteudo": "ultimas_agencia", "ultimas": [
    {
      "id": "716733",
      "link": "https://www.camara.leg.br/noticias/716733-espacos-da- camara-recebem-nomes-de-personalidades-
      femininas-que-marcaram-historia-no- brasil/",
      "titulo": "Espaços da Câmara recebem nomes de personalidades femininas que marcaram história no
      Brasil",
      "data": 1608151805,
      "data_formatada": "16/12/2020", "hora_formatada": "20:50", "tipo": null
    },
    {
```



CÂMARA DOS DEPUTADOS

"id": "715545",
"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/715545-projeto-cria-auxilio-internet-para-familias-de-baixa-renda/",
"titulo": "Projeto cria auxílio internet para famílias de baixa renda",

},
{

"data": 1608150414,
"data_formatada": "16/12/2020", "hora_formatada": "20:26", "tipo": null

"id": "716647",
"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/716647-relator-de-mp-

do-setor-eletrico-propoe-incentivar-competicao-e-investimentos-em-energia/", "titulo": "Relator de MP do setor elétrico propõe incentivar competição e investimentos em energia",

"data": 1608150342,
"data_formatada": "16/12/2020", "hora_formatada": "20:25", "tipo": null

},
{

"id": "712155",
"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/712155-projeto-preve-controle-de-jornada-por-sistema-informatizado-no-teletrabalho/", "titulo": "Projeto prevê controle de jornada por sistema informatizado no teletrabalho",

"data": 1608149080,
"data_formatada": "16/12/2020",

"hora_formatada": "20:04", "tipo": null

},
{

"id": "715133",
"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/715133-projeto-assegura-vacinacao-contra-covid-pelo-sus-a-brasileiros-e-estrangeiros-residentes/",
"titulo": "Projeto assegura vacinação contra Covid pelo SUS a brasileiros e estrangeiros residentes",
"data": 1608147386,

"data_formatada": "16/12/2020", "hora_formatada": "19:36", "tipo": null

},
{

"id": "716684",
"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/716684-camara-cria-grupo-de-trabalho-para-acompanhar-implantacao-da-tecnologia-5g/", "titulo": "Câmara cria grupo de trabalho para acompanhar implantação da tecnologia 5G",

"data": 1608146514,
"data_formatada": "16/12/2020", "hora_formatada": "19:21", "tipo": null

},
{



CÂMARA DOS DEPUTADOS

```
"id": "716668",
"link": "https://www.camara.leg.br/noticias/716668-gt-sobre-a-
tecnologia-5g-no-brasil-tem-reuniao-nessa-quinta-feira/",
"titulo": "GT sobre a tecnologia 5G no Brasil tem reunião nessa quinta-feira",
"data": 1608144865,
"data_formatada": "16/12/2020", "hora_formatada": "18:54", "tipo": null
},
{
  "id": "716657",
  "link": "https://www.camara.leg.br/noticias/716657-camara-aprova-
suspensao-de-dividas-de-clubes-de-futebol-na-pandemia/",
  "titulo": "Câmara aprova suspensão de dívidas de clubes de futebol na pandemia",
  "data": 1608143152,
  "data_formatada": "16/12/2020", "hora_formatada": "18:25", "tipo": null
},
{
  "id": "716618",
  "link": "https://www.camara.leg.br/noticias/716618-camara-
analisa-projeto-sobre-suspensao-do-pagamento-de-dividas-de-clubes-de-futebol-acompanhe/",
  "titulo": "Câmara analisa projeto sobre suspensão do pagamento de dívidas de clubes de futebol;
acompanhe",
  "data": 1608139076,
  "data_formatada": "16/12/2020", "hora_formatada": "17:17", "tipo": null
},
{
  "id": "716589",
  "link": "https://www.camara.leg.br/noticias/716589-frente-debate-
importancia-dos-servicos-publicos-durante-pandemia/",
  "titulo": "Frente debate importância dos serviços públicos durante pandemia",
  "data": 1608136424,
  "data_formatada": "16/12/2020", "hora_formatada": "16:33", "tipo": null
}
},
{
  "paginador": {
    "pagina": 1,
    "count": "15064",
    "paginas": 1507,
    "total": 10
  }
}
```



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Anexo n. 4 – Layout do Aplicativo





CÂMARA DOS DEPUTADOS



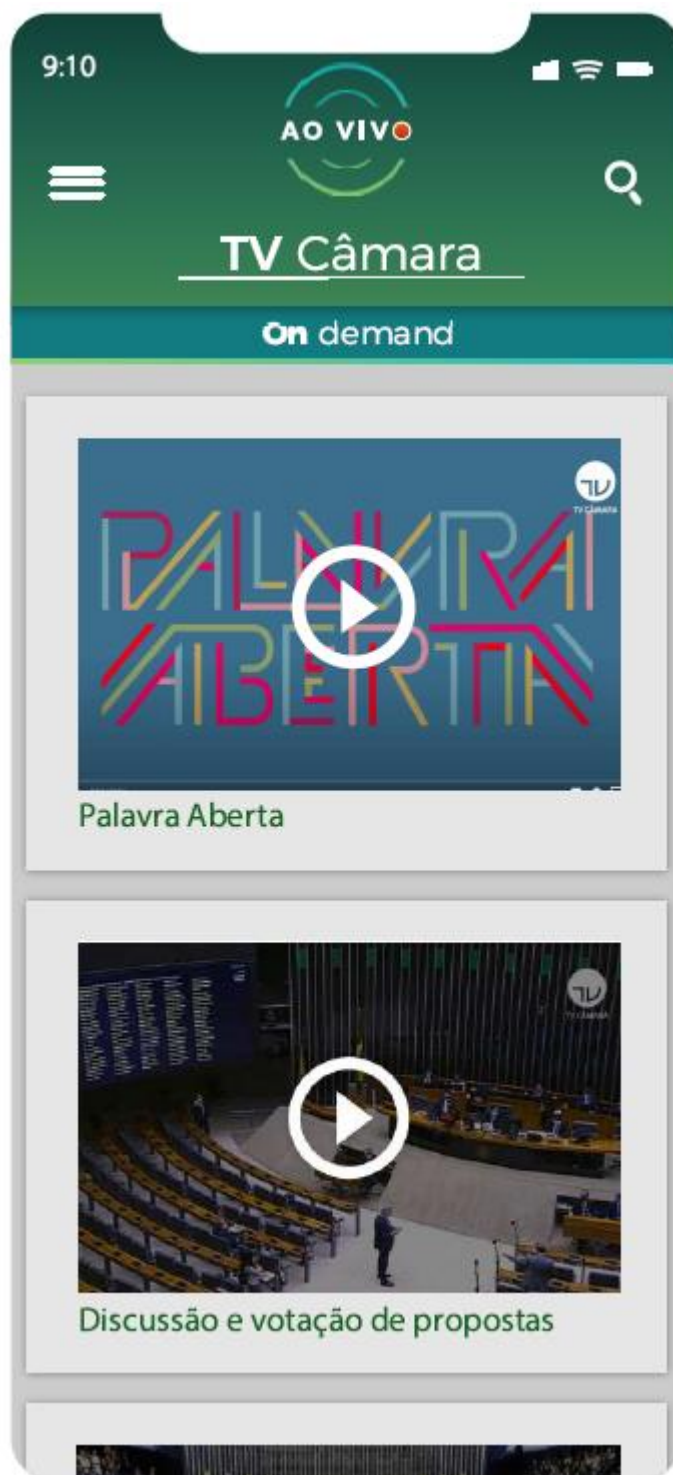


CÂMARA DOS DEPUTADOS





CÂMARA DOS DEPUTADOS





CÂMARA DOS DEPUTADOS

9:10

AO VIVO

TV Câmara

On demand

Palavra Aberta

Dep. Lucas Gonzalez
NOVO/MG

Daniela André
Apresentadora

REGRAS TRABALHISTAS

Lucas Gonzalez propõe acordo individual e dispensa da CLT para quem recebe acima do teto

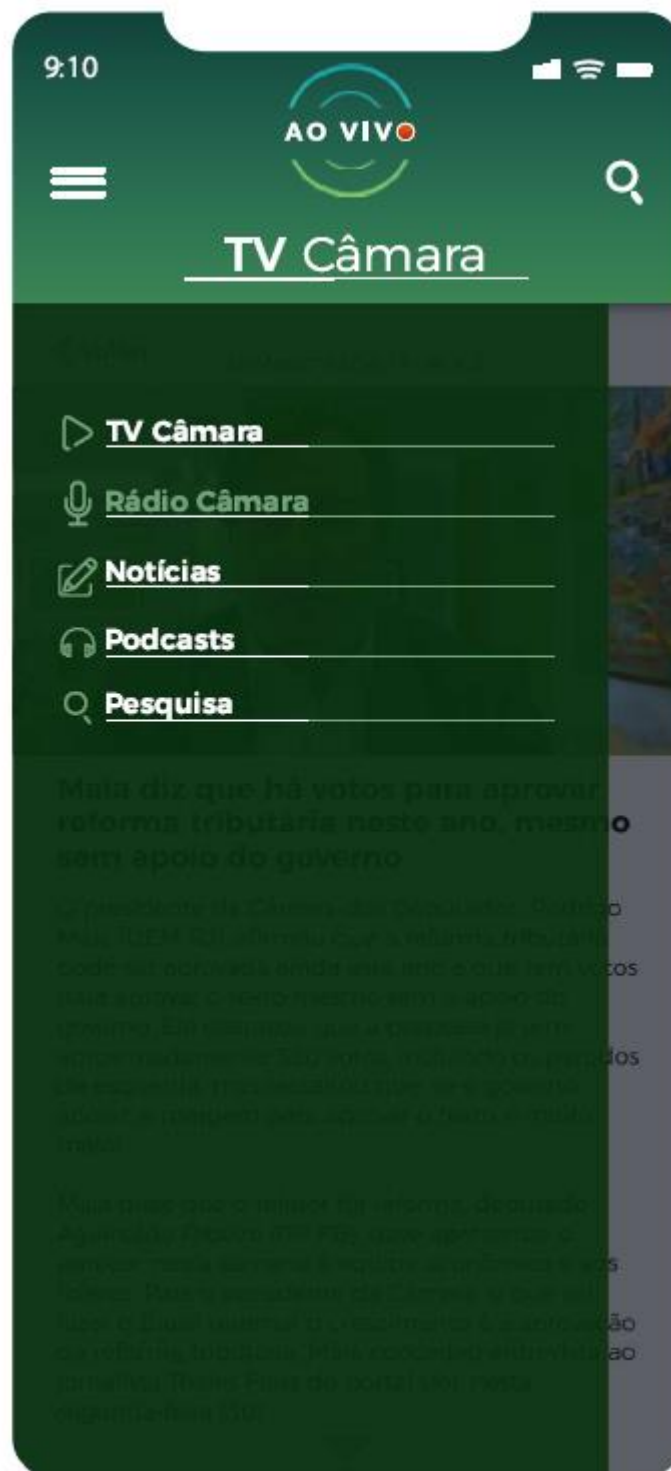
03/12/20
Tereza Nelma participa da campanha mundial pelo fim da violência contra a mulher

01/12/20
Mauro Nazif propõe isenção de IPI e IOF para compra de motos por mototaxistas

01/12/20
Jerônimo Goergen explica proposta que prevê aumento de pena por fraude à licitação



CÂMARA DOS DEPUTADOS



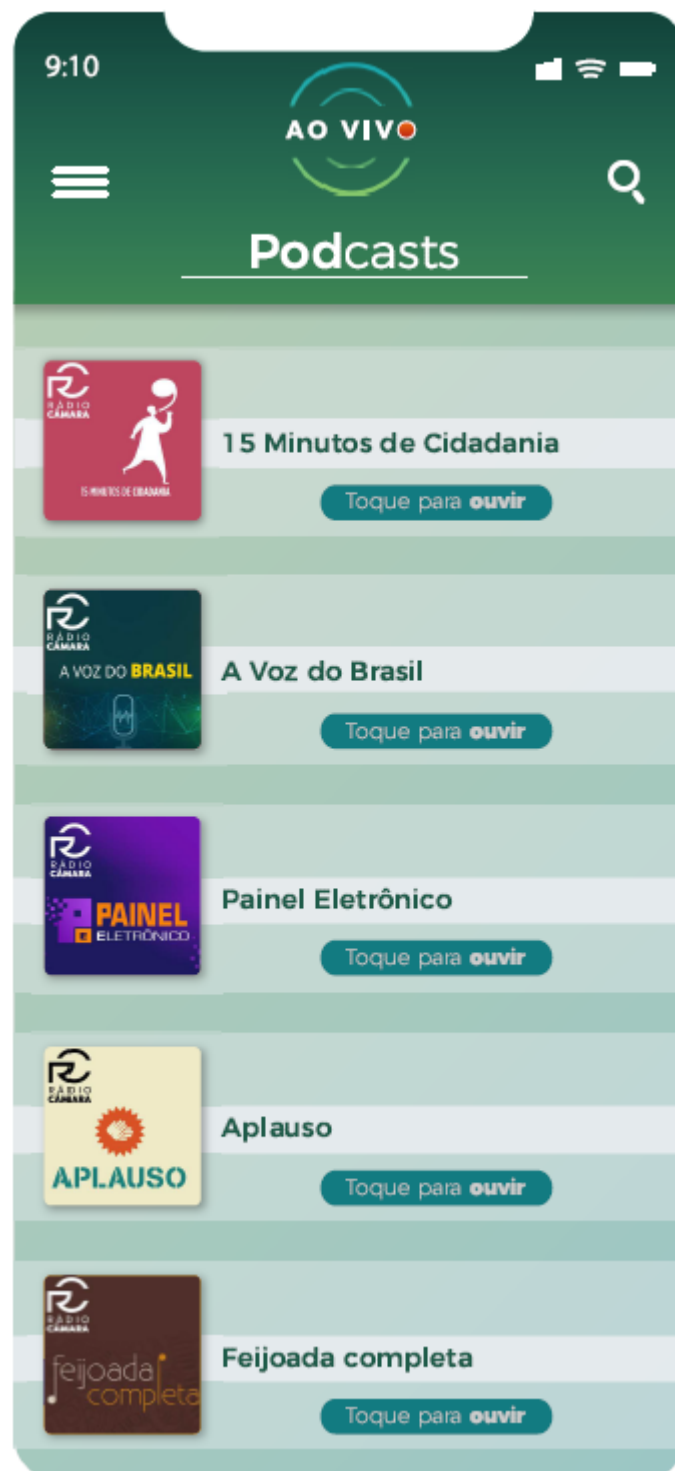


CÂMARA DOS DEPUTADOS





CÂMARA DOS DEPUTADOS





CÂMARA DOS DEPUTADOS





CÂMARA DOS DEPUTADOS





CÂMARA DOS DEPUTADOS

9:10



Notícias

 Voltar

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Maia diz que há votos para aprovar reforma tributária neste ano, mesmo sem apoio do governo

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que a reforma tributária pode ser aprovada ainda este ano e que tem votos para aprovar o texto mesmo sem o apoio do governo. Ele destacou que a proposta já tem aproximadamente 320 votos, incluindo os partidos de esquerda, mas ressaltou que, se o governo apoiar, a margem para aprovar o texto é muito maior.

Maia disse que o relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), deve apresentar o parecer nesta semana à equipe econômica e aos líderes. Para o presidente da Câmara, o que vai fazer o Brasil retomar o crescimento é a aprovação da reforma tributária. Maia concedeu entrevista ao jornalista Thales Faria do portal Uol